

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Geografia

Mércia de Souza Tonete

**Mudança de Uso do Solo e Processo de Gentrificação:
Estudo de Caso nas Quadras Industriais de Taguatinga,
Distrito Federal.**

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Dezembro - 2015

Mércia de Souza Tonete

**Mudança de Uso do Solo e Processo de Gentrificação:
Estudo de Caso nas Quadras Industriais de Taguatinga,
Distrito Federal.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito oficial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luís Araújo Sobrinho

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Dezembro – 2015

Mércia de Souza Tonete

**Mudança de Uso do Solo e Processo de Gentrificação:
Estudo de Caso nas Quadras Industriais de Taguatinga,
Distrito Federal.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Geografia da Universidade de Brasília como requisito oficial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Departamento de Geografia / UnB

Prof. Dr^a. Regina de Souza Maniçoba – Departamento de Geografia / UnB

Prof. Dr^a. Shadia Husseini de Araújo – Departamento de Geografia / UnB

BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Dezembro - 2015

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por me dar a força e a sabedoria necessária, para que eu enfrentasse e superasse os desafios que se apresentaram durante a minha graduação, mostrando-me que os sonhos, sim, podem ser alcançados.

Aos meus pais Wanda e Tarcísio, que abdicaram de tantos sonhos durante toda a vida para que os meus pudessem ser realizados. Minha gratidão a vocês é tanta, que palavras não são capazes de expressar a felicidade e o amor que sinto.

Às minhas irmãs Luciana e Brunna: vocês são as próximas! Obrigada pelas mais sinceras opiniões e por nossa amizade.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fernando Luís de Araújo Sobrinho, por ter me acompanhado durante toda essa jornada, pela imensa paciência, e cujo respeito e admiração levarei comigo sempre.

A todos os professores, que durante a minha graduação, muito contribuíram para o meu aprendizado, e aos quais serei eternamente agradecida. Em especial à Prof^a. Dr^a. Marília Steinberger, pela oportunidade de trabalhar em seu projeto e pelo grande conhecimento proporcionado durante o período, que forneceu base para esta pesquisa.

À minha avó Lúcia Tonete, por incentivar e apoiar os meus estudos e pela grande torcida mesmo quando optei pela Geografia ao invés da Enfermagem. Ao meu avô Isná Tonete, quem primeiro me apresentou à Geografia, através das revistas da National Geographic, e fez nascer em mim uma paixão que descobri anos mais tarde. Obrigada por me acompanharem desde sempre e por me ajudarem de todas as formas possíveis.

À minha avó Neuza de Souza e à minha avó do coração, tia Maria Gomes de Lima, meus grandes exemplos de mulheres solidárias e guerreiras. A vocês o meu amor, respeito e admiração.

Aos meus tios Tércio, Léia, Tony, Marina e Tânia, que são parte importante e presente em minha vida, por todos os conselhos, cursos e conversas enriquecedoras que me proporcionaram.

À minha prima Lisiane Meira, quem por vezes me fez sair da rotina, pelos momentos descontraídos, pelas conversas sérias e pelos sonhos compartilhados. À minha prima Catharina, a quem tanto me inspira e que mesmo estando longe me ajudou com a revisão.

Aos meus amigos de graduação Eduardo, Erick, Jéssica, Ludmila, Vinícius, Samara e Stéfany, pelos momentos de aprendizagem que compartilhamos e pelos momentos mais divertidos do curso.

À Mônica Silva e Krishna Mara, pela motivação, pelos “puxões de orelha”, pela energia contagiante, por serem, como elas mesmas dizem, o meu avesso. Vocês me proporcionaram lembranças inesquecíveis, e uma amizade que espero levar por toda a vida.

Aos meus amigos de longa data, Priscila Borges e Marina Silva, minhas grandes companheiras de cinema. Andréia Maria, pelas conversas “filosóficas”, pela simplicidade com que leva a vida e que sempre me inspira a ser uma pessoa melhor. Henrique Monteiro, por ter compartilhado comigo os altos e baixos da vida universitária, e cujo talento artístico sempre me encanta.

Aos professores que ao longo da minha vida escolar, acreditaram e me incentivaram a buscar pelos meus sonhos, não poderia passar esse momento tão importante sem antes agradecê-los. Em especial aos professores Geilene Carvalho, Gláucia Leichsenring, Elizabete Xavier, Daniele Ribeiro, Eduardo Rodrigues, Iran Lima, Edimilson Ferreira, Mikael Veras e Daniel Fialho.

Agradeço ainda a Universidade de Brasília pelo apoio institucional, dado também, através do programa de assistência estudantil desde o início da minha graduação.

Resumo

A decadência das quadras industriais de Taguatinga, resultado da desconcentração industrial na cidade tem como consequência a mudança de uso do solo. Os espaços tornam-se disputados, visados principalmente pelos promotores imobiliários e como efeito há uma revalorização imobiliária. Como consequência disso o espaço encarece e os moradores e comerciantes, pela pressão do capital, são coagidos a deixar essas áreas, ocasionando a gentrificação dos bairros industriais. O objetivo da pesquisa é, portanto, entender como essa (re) apropriação é feita, de que forma a gentrificação se manifesta espacialmente e em que dimensão ocorre. A cidade é um grande centro no eixo oeste do Distrito Federal e seu território não apresenta possibilidade de expansão. Em vista disso, passa-se a olhar para as áreas decadentes, e onde reside a população de baixa renda, mas que estão estrategicamente bem localizadas, próximo a shoppings centers, hospitais, escolas e das principais avenidas da cidade. Assim, tem início a (re) urbanização de Taguatinga, que resulta no processo de gentrificação, muda-se o perfil social da população residente e dos serviços oferecidos que se tornam mais especializados, e se a cidade não tinha antes possibilidade de expansão horizontal, passa a ter possibilidade de expandir verticalmente.

Palavras-chave: espaço urbano, gentrificação, indústria, descentralização

Abstract

The decline of the industrial areas of Taguatinga, is causing an industrial decentralization in the city, therefore resulting in a change in land-use. Spaces become disputed, and are being specifically targeted by property developers, and has created a real estate revaluation. As a consequence the area increases in value and the commercial and residential occupants, under pressure from the capital, are forced to leave these areas, causing a gentrification in the industrial areas. The objective of the research is therefore to understand how this (re) appropriation is made, how gentrification is manifested spatially and in which dimension occurs. The city is a major center in the eastern axis of the Federal District and its territory has no possibility of expansion. As a result, start looking at the decadent areas, and where the lower class reside, they are strategically well localized, near shopping centers, hospitals, schools, and main roads in the city. With this, there is an incentive in (re) urbanization in Taguatinga, that results in the gentrification process, changing the social profile of the residential population and services offered that ultimately become more specialized, and if the city didn't have the possibility of expanding horizontally before, now it has the possibility of expanding vertically.

Key words: urban space, gentrification, industry, decentralization

Lista de Tabelas

Tabela 1: População, segundo o nível de escolaridade - Taguatinga - Distrito Federal - 2013	61
---	----

Lista de Figuras

Figura 1: Operários próximos ao Congresso Nacional, 1959.	28
Figura 2: Localização de Taguatinga no mapa do Distrito Federal.....	30
Figura 3: Taguatinga em 1958.	31
Figura 4: Avenida Comercial Norte.....	31
Figura 5: Taguatinga em 1963.	33
Figura 6: Obras de asfaltamento na Av. SAMDU norte - Taguatinga. 1963.	34
Figura 7: Obras de revitalização da cobertura asfáltica na Av. SAMDU norte – Taguatinga.	34
Figura 8: Principais Vias de ligação entre Taguatinga e as Regiões Administrativas próximas.....	35
Figura 9: Delimitação de Taguatinga e Bairros da cidade.....	36
Figura 10: Ruas residenciais em Taguatinga, 1963.....	37
Figura 11: Ruas Residenciais em Taguatinga Norte.	37
Figura 12: Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto.....	38
Figura 13: Mapa da RIDE.	39
Figura 14: Comércio em Taguatinga, 1963.....	40
Figura 15: Comércio em Taguatinga.....	40
Figura 16: Inauguração do Mercado SAB.....	41
Figura 17: Escola Industrial 1 e Alunos dos cursos de marcenaria e Artes gráficas em 1963.	43
Figura 18: Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga.....	43
Figura 19: Imagem de satélite da Quadra Industrial (QI), Taguatinga Norte.....	44
Figura 20: Fábricas de Taguatinga em funcionamento na QI.	45
Figura 21: Feira dos Goianos na Avenida Hélio Prates.	46
Figura 22: Visita do Presidente Figueiredo à abertura da VII FACITA, 1975.	47
Figura 23: Associação Comercial e Industrial de Taguatinga.....	47
Figura 24: Imagem de Satélite da Área Industrial de Taguatinga Sul.....	48
Figura 25: Brasal Refrigerantes.....	49
Figura 26: Imóveis á venda na QI.	49
Figura 27: Imóveis para alugar na QI.....	50
Figura 28: Imóveis em avançado estado de degradação na QI.	50
Figura 29: Fábricas de produtos alimentícios na CSG.	52
Figura 30: Centro Médico Prime.....	54
Figura 31: Igrejas e comércio na Quadra Industrial.	55
Figura 32: Residencial Top Life Taguatinga, QI. Fonte:	57
Figura 33: Prédio Residencial na QI.	57
Figura 34: Edifícios Residenciais e Comerciais na CSG.	58
Figura 35: Comércio e serviços na QI.....	59
Figura 36: Novo Centro Administrativo do Distrito Federal.	62

LISTA DE SIGLAS

ACIA – Associação Comercial e Industrial de Anápolis
ACIT – Associação Comercial e Industrial de Taguatinga
ADF – Anuário do Distrito Federal
APA – Área de Proteção Ambiental
ARCA – Arquivo Histórico de Campo Grande
ARPDF – Arquivo Público do Distrito Federal
CEMEIT – Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais
CN – Comércio Norte
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CS – Comércio Sul
CSG – Comércio Sul quadra G
DF – Distrito Federal
EIT – Escola Industrial de Taguatinga
DTUI – Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos
EPCT – Estrada Parque Contorno Taguatinga
EPTG – Estrada Parque Taguatinga
FACITA – Feira de Amostra do Comércio e Indústria de Taguatinga
GO – Goiás
NOVACAP – Companhia urbanizadora da nova capital
PDAD – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PSI – Processo de Substituição de Importações
QI – Quadra Industrial
QN – Quadra Norte
QS – Quadra Sul
RA – Região Administrativa
RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento Econômico
SAB – Sociedade de Abastecimento de Brasília
SAMDU – Serviço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência
SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIA – Setor de Indústria e Abastecimento
SMT – Setor de mansões de Taguatinga

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1: Organização do espaço urbano e industrial	6
1.1 Os Agentes que produzem o Espaço Urbano	6
1.2 Organização do espaço urbano.....	8
1.4 Organização Espacial da Indústria	16
1.4.1 Tipos de Indústria.....	19
1.5.1 Ocupação e Industrialização do Centro-Oeste	22
Capítulo 2: Formação sócio espacial do comércio e indústria em Taguatinga, Distrito Federal.	26
2.1 Ocupação e industrialização do Distrito Federal.....	26
2.2 Taguatinga: Espaço e Memória.....	30
2.3 Estrutura urbana e sócio espacial	33
2.4 Aspectos econômicos – comércio e indústria local.....	38
2.5 Escola Industrial de Taguatinga – EIT	42
2.6.1 Feira dos goianos.....	45
2.7 Associação Comercial e Industrial de Taguatinga – ACIT	46
2.8 Quadra Comercial e industrial de Taguatinga Sul – CSG.....	48
Capítulo 3: Mudança de uso do solo e Processo de Gentrificação das Quadras Industriais de Taguatinga, Distrito Federal.	49
3.1 Desconcentração Industrial e as Áreas Degradadas nas Quadras Industriais QI e CSG	49
3.2 As Quadras Industriais e o Processo de Gentrificação	53
3.3 Impactos da gentrificação sobre a região e a população	59
3.4 Taguatinga: Evoluções e Tendências Socioeconômicas e Espaciais	60
Considerações Finais.....	64
Referências Bibliográficas e Eletrônicas.....	67

Introdução

Resultante de um longo processo histórico, os centros urbanos surgiram e ascenderam, e desde então, modificam e reconfiguram o espaço. O processo de urbanização ocorre à medida que a divisão do trabalho também se intensifica, e a industrialização veio promover esse fenômeno.

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente. (CORRÊA, 2000, p. 8).

Assim, a configuração espacial das cidades em todo o mundo segue uma lógica e aspectos diferentes, derivadas tanto do seu processo histórico quanto da cultura das sociedades que as constrói. E para que as indústrias se desenvolvam, é preciso de uma articulação do mercado, bem como meios de circulação e do transporte de pessoas e mercadorias. Dessa forma, urbanização e industrialização são eventos que se complementam podendo ocorrer simultaneamente ou não, mas fazendo com que as cidades sejam moldadas através da reprodução do capital.

Conforme os anseios do mercado mudam, as cidades e indústrias precisam de se readaptar para atender a população, é necessário, desse modo, a ampliação dos serviços oferecidos, do comércio, dos meios de trabalho, da mão-de-obra, da infraestrutura urbana e também rural, justamente, o que vai dinamizar os centros urbanos e propiciar a sua expansão, mas que também pode resultar na desconcentração da indústria.

O objetivo da pesquisa é, portanto, entender o processo de desconcentração industrial em Taguatinga - Distrito Federal, e a alteração de finalidade do uso do solo nas quadras industriais por comércio e residências populares, a partir da perspectiva de formação da cidade e da introdução da indústria no Distrito Federal, e posteriormente, a apropriação desses espaços pela indústria imobiliária por meio do processo de gentrificação.

O projeto tem como objetivos específicos compreender as transformações que reconfiguram o espaço urbano, as dinâmicas territoriais, sociais e econômicas, a ocupação industrial no DF e o processo de gentrificação.

Apesar das primeiras cidades brasileiras terem surgido ainda no século XVI, a urbanização e industrialização do Brasil começaram tardias, no final do século XIX. Mas foi durante o primeiro governo de Vargas (1930 – 1945) que a indústria brasileira começou a se desenvolver, em razão da crise econômica de 1929 e para não ficar em total dependência da indústria externa.

“[...] O crescimento industrial ganhou impulso e passou por certa diversificação, iniciando efetivamente o Processo de Substituição de Importações PSI.” (FONSECA, 2003, p.2).

Contudo, esse desenvolvimento estava restrito aos grandes centros urbanos do Sudeste do país, o que elevou as desigualdades regionais. A “marcha para o oeste”, projeto de Getúlio Vargas, foi marcada pela construção de Goiânia na década de 30, cujo objetivo, entre outros, era desconcentrar a população do litoral e possibilitar o um avanço econômico no interior do país, mas a ocupação do Centro-Oeste se consolidou de fato com a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília na década de 1960.

Segundo Costa e Steinke (2014, p. 4), a construção de Brasília simboliza o esforço pela difusão produtiva da indústria na totalidade do território nacional, pela angariação de capital externo e a formação de um mercado interno, pela substituição de importações, somada a difusão do modo de vida tipicamente urbano na hinterlândia¹.

Diferentemente das demais cidades brasileiras, o projeto urbanístico de Brasília, concebido por influência da arquitetura modernista, tinha o intuito de tornar funcional e racional os espaços da cidade, assim a organização espacial da nova Capital trouxe uma setorização por atividades, eixos rodoviários que eliminam cruzamentos e uma paisagem horizontalizada que permite uma maior amplitude visual, organização e gestão.

¹ Hinterlândia: Região ou conjunto de regiões afastadas do litoral.
Fonte: Dicionário Priberan da Língua Portuguesa, 2015.

Desde o começo, a utopia de Brasília apresentou-se sob dois aspectos: em primeiro lugar, o advento de uma cidade perfeitamente funcional, com igualdade de classes e símbolo de uma corrente de pensamento mundial era um trunfo para um país atrasado como o Brasil da década de 1950; em segundo lugar, sua construção inseria-se em um projeto de desenvolvimento e industrialização nacionais como metassíntese do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (CATALÃO, 2010, p. 37).

Dividida em quatro escalas (a residencial, a monumental, a gregária e a bucólica), e planejada por Lucio Costa para comportar 500 mil habitantes, o projeto de Brasília também teve os Setores Culturais, hospitalares e militares, a Cidade Universitária, o Jardim Botânico, as áreas destinadas à armazenagem, abastecimento e indústrias locais.

As primeiras indústrias instaladas, em razão da sua construção, foram em grande parte serrarias e madeireiras, que atendiam a demanda da construção civil. Nos anos que se seguiram após a inauguração da capital, o governo incentivou e criou medidas para o desenvolvimento da indústria local e atração de novos investimentos.

Ademais, o planejamento do centro, o tombamento do conjunto urbanístico de Lucio Costa e a setorização por atividades não puderam engessar por completo a dinâmica do processo de produção urbano-metropolitana que a cidade protagoniza. Desde antes de sua inauguração, Brasília reproduz localmente a realidade da urbanização brasileira, isto é, a de crescimento urbano acelerado, levado a cabo de maneira excludente e desequilibrada (CATALÃO, 2010, p. 39).

Criadas para erradicar as crescentes invasões em Brasília e em suas proximidades, as cidades-satélites do Distrito Federal foram regularizadas pela Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964. São oficialmente denominadas regiões administrativas (RA's) e não possuem autonomia política e econômica.

É importante destacar que a organização espacial resultante desse projeto inclui o Plano Piloto e cidades-satélites, formando uma estrutura urbana polinucleada que, juntamente com áreas rurais, constitui o território do Distrito Federal. No entanto, no imaginário popular local, o nome da capital – Brasília – acabou identificando somente o Plano Piloto e as Regiões Administrativas mais valorizadas, que são o Lago Sul e o Lago Norte. Ao mesmo tempo, as cidades-satélites, que incluem desde áreas de classe média até loteamentos populares com diferentes níveis de carência, seguem conhecidas por seus nomes específicos (CIDADE; SOUZA, 2002, p. 72).

Pensada inicialmente, no plano urbanístico da construção de Brasília, para ser apenas uma cidade-dormitório, Taguatinga (RA III) é hoje um dos principais polos econômicos do Distrito Federal. Seu crescimento se deu em função do comércio e sua relevância econômica a torna um importante centro no eixo metropolitano do DF.

O setor industrial da RA III foi criado com o intuito de incentivar a instalação de indústrias na região, a fim de fortalecer sua economia, dinamizar e ampliar as atividades desenvolvidas. Surgiu também, a primeira escola profissionalizante voltada para que os estudantes pudessem aprender tarefas operárias diversas. Com efeito, as indústrias de Taguatinga passaram a abastecer o mercado local, mas já na década de 1990 a produção industrial havia refreado, o desgaste e a decadência tornaram-se evidentes, e atualmente, o setor destinado à indústria perde espaço para o mercado imobiliário.

Para assimilar como essa apropriação pelo mercado imobiliário acontece, serão estudados os casos da Quadra Industrial de Taguatinga Norte e da Quadra Comercial e Industrial de Taguatinga Sul, áreas de concentração de indústrias da cidade, e em que a mudança de uso do solo e o processo de gentrificação são evidentes.

A escolha dessas regiões foi devido à pesquisadora morar na cidade e presenciar diariamente as transformações que estão em andamento, e em vista também, da relevância que as áreas de indústria e comércio têm para a economia do Distrito Federal.

A desconcentração de indústrias não é um fenômeno novo, a reconfiguração espacial das cidades em razão desse processo ocorre em todo o mundo. Para se compreender os motivos que levam a desconcentração é preciso inteirar-se das definições e conceituações a respeito do espaço urbano e industrial, sua infraestrutura e relação que estabelecem.

Como metodologia, o presente trabalho teve como base pesquisa bibliográfica e eletrônica com o intuito de levantar dados sobre a organização do espaço e o processo de gentrificação, realizadas na Biblioteca da Universidade de Brasília, na Biblioteca Pública de Taguatinga, Internet e em órgãos públicos de planejamento e gestão urbana, comercial e industrial.

Para a obtenção de documentos, dados secundários e imagens que remontam à história da cidade, foram de extrema importância idas ao Arquivo Público do Distrito Federal. Para analisar os processos de reconfiguração espacial urbana nas quadras industriais de Taguatinga, ademais, foram também necessárias, visitas às quadras para registros fotográficos atuais e conversas abertas com empresários, moradores, comerciantes e frequentadores, além do uso de mapas para ajudar na identificação e reconhecimento das áreas estudadas.

A pesquisa está dividida em três capítulos, o primeiro, concentrado nos temas de geografia da indústria, espaço urbano e processo de gentrificação. Num segundo momento procura-se compreender a história e o desenvolvimento de Taguatinga, assim como os seus aspectos sócio-espaciais e econômicos. Por último, no terceiro capítulo, pretende-se identificar os problemas enfrentados pela indústria local e/ou a dificuldade para se instalarem na região, além de mostrar as transformações espaciais.



1 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO E INDUSTRIAL

O processo de industrialização intensificou a urbanização a ponto de ambos se tornarem indissociáveis. Produziu-se um novo urbano a partir da criação de novos padrões de produção e consumo. Criaram-se novas formas de convívio entre as pessoas a partir da construção de um novo modo de vida. Geraram-se profundas alterações de valores e crenças que afetaram os costumes e as relações tradicionais. Era emergência de um novo homem com novas aspirações, motivações e valores.

(CARLOS, 1992, p.49).

Capítulo 1: Organização do espaço urbano e industrial

1.1 Os Agentes que produzem o Espaço Urbano

Para entender a complexidade das cidades é preciso conhecer os agentes que produzem o espaço urbano, analisar os seus espaços, considerar os seus recortes, as conexões que estas estabelecem com outras cidades, com a metrópole e as suas funções dentro da rede global. Assim, estuda-se o espaço urbano, em diferentes escalas e nas diversas áreas de estudo que se relacionam entre si, e a cidade ganha um significado material e imaterial, que o capital ajuda a moldar.

Segundo Corrêa (2000, p. 7), o espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e conteúdo social, de lazer e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão.

Dessa forma, o capital se funde aos interesses do Estado e da população, a cidade torna-se uma estrutura subordinada àqueles que pagam mais pelo uso da terra; já a cidade, se manifesta como um lugar privilegiado que reproduz as relações de poder e extremamente desiguais. Ainda nas palavras de Corrêa (2000, p. 8):

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade.

Nestes termos, os agentes que produzem e consomem o espaço urbano são, segundo Corrêa(2000, p. 12): os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado e; os grupos sociais excluídos.

[...] considerar a cidade como a projeção da sociedade no espaço é, ao mesmo tempo, um ponto de partida indispensável e uma abordagem por demais elementar. (CASTELLS, 1977, p. 115).

Os agentes que produzem e refazem o espaço urbano necessitam de uma infraestrutura que atendam a cada nova exigência do mercado, deste modo, os

proprietários dos meios de produção são os primeiros a investirem e a remodelarem o meio urbano para que melhor atenda às indústrias, assim diz Corrêa (2000, p. 13), os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locacionais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população.

A terra urbana vista como mercadoria, pode ter seu preço diferenciado numa escala de menor ou maior quantidade de trabalho nela inserido, ou seja, de benfeitorias como infraestrutura, equipamentos e serviços. A pavimentação asfáltica, por exemplo, proporciona melhor acessibilidade ou proximidade com o centro comercial e financeiro (CALIXTO, 2008, p.51-52).

Os proprietários fundiários detêm uma grande quantidade de terras na cidade, sempre esperando o momento certo para vendê-las por valores exorbitantes. Corrêa (2000, p. 16) cita que, os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana [...] Isto significa que estão fundamentalmente interessados no valor de troca da terra e não do seu valor de uso.

Já os promotores imobiliários estão preocupados em vender o espaço, em promover e gerí-los conforme seus interesses, de forma que a população que “pode pagar” consegue morar no centro, e aqueles que não conseguem acabam procurando por outros lugares, formando a periferia.

Os agentes imobiliários servem-se do espaço como meio voltado à reprodução, mediante a imposição de comportamentos, de valores, de inclusão e de exclusão, que, por sua vez, redirecionaram mecanismos de apropriação e formas de ocupação (CALIXTO, 2008, p. 41).

O Estado também atua como proprietário fundiário, visto que este possui grandes propriedades de terras públicas, como forma de reserva fundiária. Nas palavras de Corrêa (2000, p.24): “as terras públicas são uma reserva fundiária que o Estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais”.

Já os grupos sociais excluídos são formados pela população que não possuem renda suficiente para viverem na área central, e conseqüentemente, tem menos acesso a muitos serviços básicos, o que o sociólogo José de Souza Martins (1997), prefere chamar de “inclusão precária”, mais no sentido de privação do que de exclusão, visto que essa população faz parte da produção do espaço, porém de forma precarizada.

A sociedade capitalista “tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado”. Ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável. (MARTINS, 1997, p.32)

Percebe-se que as relações de poder e as formas de apropriação também se expressam através do uso do solo, dessa forma, Santos (1978, p. 122) diz:

“[...] o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais: uma estrutura subordinada-subordinante”.

1.2 Organização do espaço urbano

Ao conhecer os agentes que produzem e consomem o espaço urbano, fica menos complicado entender a organização espacial das cidades, que dependerá de inúmeros fatores sociais, do equilíbrio das forças de atração e dispersão, além das atividades desenvolvidas, que se modificam constantemente e de maneira cada vez mais rápida, estabelecendo novas formas e configurações espaciais que agregam, também, novos valores.

O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização [...] (CARLOS, 2007, p. 30).

A urbanização é estimulada por fatores atrativos e repulsivos, atrativos quando a oferta de emprego é grande o que atrai muitas pessoas do campo para as cidades e repulsivos, quando a concentração fundiária no meio rural é grande ou há uma mecanização do campo e a mão de obra é substituída; ou quando a cidade se encontra saturada e a disputa por estes espaços aumenta, fazendo com que a população, frequentemente a mais carente, precise se retirar para áreas periféricas.

O espaço urbano é o reflexo das diferenças socioeconômicas presentes na sociedade, estratificada em classes sociais e mediada pela lógica da acumulação capitalista. Ou seja, o urbano constitui-se no espaço privilegiado, onde as diversas

classes sociais servem e se reproduzem em uma relação conflituosa. Tais conflitos, nem sempre visíveis ao observador desatento, são características do modo de produção capitalista, fazendo parte do seu caráter contraditório (CALIXTO et al. 2008, p. 155).

Desse modo, Santos (1994, p. 97) reforça: a organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutuamente se causam, perpetuando a problemática.

Na definição de Corrêa (2000, p.37), os processos espaciais e suas respectivas formas, entre outros são: a centralização e área central; descentralização e os núcleos secundários; coesão e as áreas especializadas; segregação e as áreas sociais; dinamização espacial da segregação; inércia e as áreas cristalizadas. A partir dessa descrição, é importante frisar que esses processos não acontecem separados, mas simultaneamente.

Tanto cidades antigas como cidades modernas se desenvolveram a partir de uma área central. Essa área pode ser representada por uma avenida, por uma praça, ou por qualquer outra edificação de grande importância cultural ou política. A maioria das cidades cristãs, por exemplo, tiveram seu crescimento concentrado em torno das igrejas. Cidades modernas, planejadas ou não, próximas a uma via (rodovias, ferrovias, etc.), e assim, dando início ao processo de centralização, com as cidades organizadas a partir dessa área central.

A área central, segundo Corrêa (2000, p. 38) “constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transporte inter-regionais e interurbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização. [...] Em razão de suas vantagens locacionais, o preço da terra e dos imóveis é aí o mais elevado”.

[...] podemos destacar, no que diz respeito a produção verticalizada, a atuação de dois agentes: o poder público e a iniciativa privada. [...] o poder público, por exemplo, implanta programas de habitação para a parcela de menor poder aquisitivo em locais periféricos e desprovidos de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos, enquanto que os agentes imobiliários privados agem, geralmente, em função das necessidades de uma clientela de poder aquisitivo mais elevado, que pode fazer opção por uma localização no interior da cidade (CALIXTO et al. 2008, p. 64).

Uma vez que o aumento populacional em um determinado lugar, juntamente com o crescimento da atividade industrial e comercial constituem uma concentração urbana, e esta produz as áreas centrais e periféricas, o contrário também pode ocorrer. Isto é, com o contínuo aumento do preço da terra, de imóveis e aluguéis, alto custo com transportes e dificuldade de expansão, por exemplo, certas atividades industriais e comerciais não conseguem mais permanecer na área central, havendo, assim, sua descentralização, processo este, mais recente do que o de centralização. Segundo Colby (1930, apud CORRÊA, 2000, p.46) a descentralização só se verifica quando há ou são criadas atrações em áreas não centrais.

A descentralização torna-se um meio de se manter uma taxa de lucro que a exclusiva localização central não é mais capaz de fornecer. [...] Para o capital industrial, além das vantagens da nova localização, as operações de descentralização são acompanhadas da venda do terreno do antigo estabelecimento, onde se erguem edifícios comerciais ou residenciais. Isto permite grandes lucros, pois se trata de uma troca que envolve terrenos com grandes diferenças de preços. Lucro que será ainda maior se os custos da infraestrutura da nova localização industrial forem socializados através do Estado. [...] Do ponto de vista dos promotores imobiliários, a descentralização representa campo para novos investimentos e reprodução do capital: isto é particularmente notável no caso dos shoppings centers, em muitos casos planejados, construídos e administrados pelo capital vinculado ao setor imobiliário (CORRÊA, 2000, p. 47 - 48).

A descentralização gera os chamados núcleos secundários, no caso do comércio e serviços, estes são subdivididos em áreas ou eixos especializados, ou seja, setores que oferecem um serviço específico como pólos de moda, bairros industriais, de hotéis, etc. Segundo Corrêa (2000, p. 51), a magnitude destes subcentros depende da densidade e do nível de renda da população de uma área de influência.

Em Brasília, diferentemente das demais cidades brasileiras, a setorização criada foi em virtude do projeto do Plano Piloto de Lucio Costa ter influência da arquitetura modernista. A arquitetura modernista tinha como proposta tornar racional e funcional os

espaços. Seguindo então este estilo, Brasília teve seus espaços divididos em setores hoteleiros, de diversões, de indústrias, etc. Ainda assim, setores inicialmente destinados para a indústria, por exemplo, descentralizam-se gradativamente, surgindo novos polos industriais.

Não é de se estranhar, pois, que Brasília tenha deixado de ser uma forma espacial urbana planejada *tout court* para transformasse no núcleo de um espaço metropolitano complexo e heterogêneo, no qual se percebem problemas urbanos os mais diversos e cujo cotidiano que a população vivencia assemelha-se ao das demais metrópoles brasileiras, não obstante estar ela profundamente marcada pelo planejamento e pelas ações políticas que contribuíram para lhe conferir sua morfologia atual. Ademais, o planejamento do centro, o tombamento do conjunto urbanístico de Lucio Costa e a setorização por atividades não puderam engessar por completo a dinâmica do processo de produção urbano-metropolitana que a cidade protagoniza (CATALÃO, 2010, p. 39).

No caso da indústria, Carlos (2007, p. 20) diz que “o deslocamento potencializa a concentração, na medida em que muitas indústrias se deslocam, mas mantêm suas sedes na metrópole sinalizando o fenômeno de desconcentração (do setor produtivo) e centralização do dinheiro-capital”.

A desconcentração deixa na cidade, áreas obsoletas que são logo ocupadas pelos grupos sociais excluídos, estes por sua vez, não tem a atenção do Estado e estão sujeitos à ação dos promotores imobiliários, quando estes, visando o capital, cortam o vínculo que estes grupos têm com o lugar para inserção de novos moradores e a consequente revitalização da região. Os grupos sociais excluídos são responsáveis pela formação da periferia, que são, em suma, as áreas residenciais segregadas do espaço urbano. Diante disto, o governo cria medidas para “regularizar” essa população; as “áreas sociais” servem, portanto, para solucionar problemas de habitação.

Carlos (2007, p. 76) explica: “a renovação urbana se inscreve, assim, em um conjunto de estratégias políticas, imobiliárias e financeiras com orientação significativa no processo de reprodução espacial (o qual converge para o aprofundamento da segregação e hierarquização espacial a partir da destruição da morfologia de áreas da metrópole) que ameaça e transforma a vida urbana na medida em que reorienta usos e funções dos lugares da cidade, expulsa a população para a periferia ou, para quem pode pagar, para bairros próximos ao centro”.

Ainda segundo Carlos (2007, p. 37), a metrópole também parece nunca estar "pronta", porque o processo acelerado da urbanização produz o que muitos chamam de cenários em ruínas, como metáfora que explicita hoje a paisagem cambiante da metrópole. Dessa maneira, Andrade (1989, p. 35), reafirma:

[...] levando em conta que o espaço nunca está organizado de forma definitiva, que ele não é estático, ao contrário, é profundamente dinâmico e vai se modificando dialeticamente de forma permanente. O processo de produção do espaço é, portanto, constante, permanente, e nunca concluído [...].

1.3 Gentrificação: reestruturando o espaço urbano

Utilizado pela primeira vez na Grã-Bretanha pela socióloga Ruth Glass, em 1964, gentrificação ou *gentrification*², em inglês, se tornou um conceito popular, principalmente nos Estados Unidos (LEES, 2008), e posteriormente, em grande parte dos países europeus, com os ingleses e alemães a frente das pesquisas.

Com o objetivo de renovar o espaço urbano, o termo logo ganhou notoriedade ao ser utilizado para descrever o processo de apropriação não somente de espaços decadentes e marginalizados, como também, e principalmente, por mudar o perfil socioeconômico da população residente dessas áreas, visto que, a valorização dos imóveis e do bairro aumenta os preços dos aluguéis e de venda, a ponto da população local não ter condição financeira de arcar com os devidos valores. Dessa forma, ocorre a substituição da população, por outra de maior poder aquisitivo.

Pouco mais de meio século se passou desde que o termo fora usado pela primeira vez, contudo, é importante observar que o processo ocorre há muito mais tempo. Lees (2008) diz ainda que há muitos outros termos que dão nome ao fenômeno, variando entre diferentes cidades e países, mas todos indicando um "movimento de volta para a cidade", visto que as áreas centrais das mesmas, antes perigosas e decadentes, afastou a burguesia dos centros, e dessa forma as populações mais pobres que passam a serem os novos agentes da produção do espaço, inserindo seu comércio, serviços e cultura, todavia com a renovação dos mesmos atrai novamente as classes médias.

² O verbo inglês to gentrify é derivado de gentry, "nobreza, fidalguia", uma velha palavra oriunda, via francês, do latim gentilis (VEJA, 2015).

Segundo Smith (2010, p. 5), o aparecimento da gentrificação na paisagem urbana tem sido associado por alguns teóricos com o surgimento da chamada “sociedade pós-industrial³”.

Na década de 1950 – 1960, o processo começa em bairros operários de cidades inglesas e norte-americanas num período pós-industrial, quando há a desconcentração de indústrias nesses bairros, principalmente para países subdesenvolvidos. Todavia, a gentrificação passou a ser nitidamente notada nas décadas seguintes.

As décadas de 1980 e 1990 testemunharam o retorno dos grandes projetos de intervenção urbana em várias cidades do mundo, e, com eles, uma grande quantidade de estudos analisando essas experiências. (NOBRE, 2003, p. 1).

Vale ressaltar que há um bom tempo que o processo de gentrificação deixou de ser apenas local, se estendendo não somente pelos “países do norte”, como também pode ser encontrado em países periféricos e em desenvolvimento.

As transformações políticas econômicas pelas quais o mundo passou a partir da década de 1980 tiveram grandes implicações na estruturação do espaço urbano e regional [...] Como resultado, houve uma reformulação da política urbana em várias dessas cidades, mudando a maneira de como que os órgãos públicos viam a questão urbana (NOBRE, 2003, p. 1-2).

No Brasil, temos muitos exemplos desse processo, principalmente nas capitais dos estados. São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife são algumas das cidades que passam por estas transformações.

Trazendo como exemplo o Pelourinho, em Salvador - um dos primeiros espaços públicos da cidade a passar pelo processo - o bairro tinha reputação pela violência e pelas casas de prostituição, os velhões casarões coloniais em decadência serviam de moradia para muitas famílias de baixa renda, além de lhes oferecer riscos, devidos aos danos estruturais ocasionados ao longo do tempo.

Na década de 1980, grande parte das construções apresentava-se bastante deteriorada, com muitos casarões desmoronando. O Pelourinho era percebido como um lugar sujo e perigoso, com várias atividades marginais à sociedade, tais como prostituição e tráfico de drogas (NOBRE, 2003, p. 5).

³ Tradução da autora do trecho em inglês: The appearance of gentrification in the urban landscape has been linked by some theorists to the emergence of a so-called “post-industrial society” (SMITH, 2010, p. 5).

A revitalização realizada pelo governo, para recuperar os patrimônios culturais e arrecadar impostos através do turismo, resultou na desocupação desses moradores, que sem alternativas foram morar nas periferias cada vez mais distantes do centro, em vista, não somente da valorização do bairro e conseqüente elevação dos preços, como também da sua presença “indesejável”.

Conforme Villaça (1998, apud NOBRE, 2003, p. 4), certamente que os aspectos que ocasionaram os problemas das áreas urbanas nas cidades pós-industriais são muito diversos das razões que ocasionaram a degradação do Pelourinho. Enquanto nas primeiras, a evasão das atividades industriais resultou na decadência das áreas centrais, o processo de decadência do Pelourinho está inserido num processo histórico de abandono dos centros das cidades brasileiras pelas camadas de alta renda.

Os bairros passam então, por diferentes processos de gentrificação, alguns se tornam altamente exclusivos e excludentes, enquanto outros mantem sua variedade social e cultural por um bom tempo. Essas diferenças dependerão de regulamentos estaduais, estrutura das classes e/ou iniciativas empresariais.

Outro grande exemplo é a Rua Augusta, em São Paulo, percebe-se que a gentrificação ocorreu diferentemente do Pelourinho. Fica claro que não só áreas degradadas podem passar pelo processo, visto que as atrações já existentes em um lugar, ou os seus pontos fortes, também podem ser determinantes nesse processo.

Segundo Pissardo (2013, p. 142), a constante associação da rua ao universo do submundo e da prostituição na mídia e em representações artísticas ajudaram a dar uma grande exposição à deterioração e à ilegalidade de certas atividades que, a partir de 2000, passam a ser combatidas intensivamente pela Prefeitura dentro da bandeira da “revitalização” do espaço.

Dessa forma, diminuiu o número de frequentadores da região, boates de prostituição começaram a fechar as portas, e alguns estabelecimentos para não entrarem em falência, tentam atrair um novo público, disponibilizando seus espaços para festas universitárias, por exemplo, que se utilizam do clima e decoração das boates, promovendo uma “glamourização” do universo da prostituição, a ideia logo se populariza, atraindo mais jovens para a região.

Essa “glamourização” do universo da prostituição da rua Augusta aumenta a atratividade da região para o jovem e favorece a disseminação de mais casas noturnas na região, cada vez menos comercialmente identificadas ao negócio da prostituição, ainda que frequentemente marcadas pela tolerância e diversidade sexual (PISSARDO, 2013, p. 144).

Esses novos rearranjos socioculturais nos espaços da Rua Augusta, impele a prostituição, por exemplo, que passa a ser localizar em ruas próximas, ou em outros bairros da cidade, e também ajudam a valorizar a região, aumentando os valores de aluguel e venda dos imóveis, com casarões sendo derrubados para dar lugar a novos prédios, e os serviços sendo substituídos.

Mas esses empreendimentos que divulgavam a Rua Augusta como um centro cultural, também afugentaram os estabelecimentos que trouxeram fama ao bairro, as boates universitárias e barzinhos multiculturais existentes fecharam devido a grande especulação imobiliária. Ou seja, nascia ali, uma nova Rua Augusta, com um novo perfil socioeconômico.

Os exemplos apresentados muito se assemelham ao que ocorre nos países europeus e nos Estados Unidos, mas diferentemente do processo ocorrido nessas regiões, em que a gentrificação surge num momento pós-industrial, as cidades de países subdesenvolvidos ainda estão em processo de industrialização, o que implica dizer que a gentrificação pode ocorrer em diferentes contextos socioeconômicos e não precisam estar, necessariamente, vinculado a uma sociedade industrial ou pós-industrial.

Com isso, é importante frisar, que a gentrificação é uma ação consciente de “limpeza social”, seja o governo na tentativa de revitalizar uma região, ou as imobiliárias, na tentativa de lucrar com a venda dos espaços, pois é um processo que tem como efeito a expulsão de uma classe social com menos recursos, de grupos sociais e culturais excluídos. Outro ponto relevante, lembrado por Pissardo (2013) é que esse, não é um processo declarado, e sim, que é importante se fazer a pergunta: para quem estão revitalizando?

Segundo Smith (1996, apud SÁNCHEZ, 2003, p. 516), tornou-se claro que a luta em torno do uso e produção do espaço está marcada pelas classes sociais, como a própria nomenclatura da gentrificação sugere. Gentrificação é parte da agenda social da abrangente reestruturação da economia. Assim como a reestruturação econômica em

outras esferas (fechamento de plantas industriais, suspensão de serviços sociais) é levada adiante em detrimento da classe trabalhadora, assim também é o aspecto espacial da reestruturação na escala urbana: gentrificação e re-desenvolvimento.

Para Bidou-Zachariasen (2006, p. 9-10), do mesmo modo que a televisão popular faz as massas acreditarem que as vidas das pessoas ricas e célebres representam uma norma social à qual todo mundo deve seguir, a gentrificação produz agora uma paisagem urbana que veicula as mesmas aspirações.

Nessa paisagem aparentemente democrática, a extraordinária desigualdade do consumo exprime o poder moderado das classes que fizeram a linguagem da “gentrificação” chegar ao primeiro plano. [...] O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da economia urbana. Os projetos imobiliários se tornam uma peça central da economia produtiva da cidade.

Apesar de o seu processo poder resultar na descaracterização total de um bairro o que pode também, aumentar o abismo da desigualdade social se for guiada pela lógica da especulação imobiliária, o que se torna a principal crítica deste processo (MARTINS, 2015). Por outro lado, empregado em circunstâncias que não o de especulação imobiliária, pode, por exemplo, revitalizar e dar um novo uso a determinadas áreas de uma cidade que já se encontravam ociosas, como é o caso das Quadras Industriais de Taguatinga, que será apresentado no capítulo 3, nesse contexto, a gentrificação, não é necessariamente ruim.

1.4 Organização Espacial da Indústria

A produção em massa aumentou a oferta de bens de consumo, dinamizou a economia, e possibilitou um grande avanço tecnológico e científico consolidando de uma vez o modo de produção capitalista.

O processo de industrialização, ao provocar uma profunda alteração na divisão social e espacial do trabalho, implica mudanças radicais na vida do homem. A aglomeração da população, dos meios de produção e de capitais num determinado ponto do espaço, multiplica os pontos de concentração e produz uma rede urbana articulada e hierarquizada (SPOSITO, 2000, p.35).

A produção em série tem como principal característica a diminuição de custos para que o preço final do produto seja acessível ao consumidor. O modo de produção capitalista apresenta ainda o predomínio da propriedade privada, o lucro privado torna-se, então, um dos maiores propulsores da economia, devido inclusive, à concorrência entre as indústrias.

A revolução dos meios de produção possibilitou a ascensão de uma classe média, intensificou a urbanização e trouxe novas oportunidades, todavia, também acentuou as desigualdades sociais, evidenciado no meio urbano pela segregação espacial. Chegar à maturidade industrial levou tempo, surgiram os grandes movimentos sociais e os sindicatos, dando visibilidade à luta de classes.

[...] Criaram-se novas formas de convívio entre as pessoas a partir da construção de um novo modo de vida. Geraram-se profundas alterações de valores e crenças que afetaram os costumes e as relações tradicionais. “Era emergência de um novo homem com novas aspirações, motivações e valores” (SPOSITO, 2000, p.49).

À medida que esta crescia e necessitava de melhor infraestrutura de transportes, comunicação, energia, chegara também, as grandes invenções que melhorariam o processo de produção. Invenções financiadas, obviamente, pelo lucro dos grandes proprietários industriais. Sposito (2000, p. 53), continua:

A fábrica e todos os investimentos necessários para que o capital desenvolvesse plenamente a capacidade produtiva das unidades industriais, exigiam a ampliação dos mercados industriais, o que quer dizer o fortalecimento das relações entre os lugares.

Cada cidade desempenha sua própria função, à qual, sua economia se baseia, cresce e gera emprego. Essa função se diferencia por uma série de variáveis, seja ela histórica, econômica, político-social ou cultural, isto é, a relação entre os lugares começa a partir do momento em que há a necessidade de troca, quando certos tipos de produtos que não tem em uma determinada cidade têm em outra e vice-versa. Como também, os produtos primários que vão abastecer as indústrias, mas que só são produzidos em larga escala no campo, dessa forma, o campo nunca se afasta da cidade, pois há uma relação de interdependência entre ambos.

Para Corrêa (2000. p. 38), a cidade mantém uma série de ligações com o mundo exterior a ela, ligações que envolvem fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e ideias.

Para isto ela é um foco de transportes inter-regionais. Este é um lugar-comum a respeito da cidade, mesmo em uma fase pré-capitalista ou na fase mercantilista do capitalismo.

Visto que a industrialização promoveu a concentração populacional e a expansão dos centros urbanos, com o tempo, o espaço das cidades tornaram-se espaços limitados para a realização das atividades industriais, com as empresas tornando-se mundiais, na medida em que os transportes e comunicação também evoluíam, chegando a um ponto em que a concentração da indústria arrefece e dá lugar a movimentos de desconcentração e, conseqüentemente, a origem de áreas obsoletas e novos parques industriais.

Segundo Beckouche (1993, p. 10), “a indústria muda por duas razões inter-relacionadas. Em primeiro lugar, atualmente a tecnologia ocupa nela um lugar muito mais preponderante do que no passado. [...] Em segundo lugar, a organização da produção baseia-se no princípio da integração e não mais das divisões rígidas. Imaginar novos produtos sem levar em consideração os mercados onde se deseja vendê-los é algo que ocorreria a nenhum empresário moderno: é necessário adaptar-se depressa; a “flexibilidade” tornou-se imperativa. Fazer com que laboratório e fábrica se relacionem é uma necessidade que parece evidente: como os produtos são cada vez mais complexos, sua fabricação também é cada vez mais complexa, e é necessário levar isso em conta desde a fase da concepção”.

Da relação entre os lugares e da rápida expansão das cidades, surgiu a necessidade de planejamento urbano, seja este voltado, inicialmente, para defesa militar, seja de cunho residencial, recreativo, mas principalmente, para trazer ordem ao caos e melhorar a qualidade de vida da população. Deste modo, a intervenção do Estado seria cada vez mais necessária à medida que o espaço urbano cresce, sendo indispensável para a manutenção dos espaços.

O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infraestruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e a circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização dos recursos públicos em mãos do governo federal que os utiliza em função de suas próprias opções (SANTOS, 1994, p. 102).

Para Sánchez (2003, p. 60), os novos imperativos do planejamento urbano capazes de tornar as cidades “atraentes e competitivas”, que determinam a “mercadoria” cidade.

Desse modo é necessário, ainda segundo Sánchez (2003, p. 60):

- construção de infraestrutura para facilitar a passagem do modelo espacial industrial para o do terciário avançado, com redes de comunicação em fibra ótica para transmissão de dados e instalação de tecnologias de última geração nas empresas e sedes de comando, os chamados “edifícios inteligentes”;

- modernização de infraestruturas de transporte: portos, aeroportos, terminais e anéis rodoviários capazes de acelerar a mobilidade e garantir a fluidez no território;

- criação de distritos empresariais e financeiros com estações de telecomunicações, os chamados “teleportos”, capazes de propiciar economias de aglomeração;

- produção de espaços residenciais de alto padrão associada à oferta de bens e serviços de topo de mercado, destinadas aos quadros executivos das empresas e aos segmentos sociais emergentes, gestores da modernização. Esses espaços se expressam mediante a crescente segregação/distinção espacial desses segmentos e mediante processos de “gentrificação” das chamadas áreas de renovação urbana; que são a própria condensação dos novos valores culturais junto à economia de mercado, repetição em série de modelos tidos como bem sucedidos.

1.4.1 Tipos de Indústria

A Revolução Industrial resultou num novo modelo econômico e social e, desde então, a evolução da tecnologia tem intensificado esse processo, que produz novas formas e modelos de produção. Assim como houve a necessidade da divisão do trabalho, houve também a necessidade de se dividir os seguimentos da indústria, esta se deu em dois tipos: indústria de base e indústria de bens de consumo.

Estas são classificadas de acordo com os processos industriais utilizados na fabricação dos seus produtos. Desse modo, Indústria de base são aquelas voltadas para atuarem na transformação da matéria-prima bruta em matéria-prima processada para

outras indústrias. São elas indústrias de base extrativista, de bens de capital e as produtoras de energia.

As indústrias de base extrativista são aquelas de mineração, siderúrgicas e petroquímicas, por exemplo. As indústrias de bens de capital são as siderúrgicas, metalúrgicas, de equipamentos e máquinas.

Já as indústrias de bens de consumo, são resultado final do processo de produção, que serão comercializadas, são bens duráveis (automóveis, eletrodomésticos) e não-duráveis (alimentos, remédios, bebidas, roupas). No Brasil, grande parte dos centros urbanos comportam indústrias produtoras de bens de consumo, produtos mais procurados pela população no seu cotidiano.

Além desses principais seguimentos, existem ainda as indústrias de ponta, que produzem bens de alta tecnologia e dependem de mão-de-obra qualificada e alto nível de escolaridade, são as indústrias produtoras de aparelhos eletrônicos, aviões, empresas de bioquímica, aviões, etc. Todavia, estas se desenvolvem em localidades específicas.

Em comum, todos os tipos de indústria são grandes consumidoras de espaço, de água e energia elétrica, sendo assim, a instalação dessas empresas em determinadas áreas vai ser determinada também pela oferta desses recursos.

1.5 Breve Histórico de Industrialização Brasileira

Até 1930, a economia brasileira baseava-se, quase que exclusivamente, na exportação de produtos primários. A modernização da economia teve início na década de 1950, com incentivos e obras de infraestrutura para consolidação da indústria. A riqueza acumulada da produção e venda do café foi a principal responsável pela construção de ferrovias e portos para escoar os produtos agrícolas, e que mais tarde foi necessária para que São Paulo recebesse as primeiras indústrias de grande porte do país.

O Estado de São Paulo foi o maior beneficiário do ciclo do café, ainda que tenha conquistado a hegemonia econômica nacional apenas em meados do século XIX [...]. Para tal contribuíram fortemente a construção de estradas de ferro no Estado paulista, das quais a primeira, inaugurada em 1868, interligava São Paulo ao porto de Santos (SCHIFFER, 2010, p. 81).

[...] “a dinâmica da acumulação do capital mercantil-cafeeiro foi [...] determinante para a criação da indústria mecanizada que supunha um investimento de capital com um retorno garantido a curto prazo e alta margem de lucratividade. [...] Embora esta não tenha dado origem ao desenvolvimento da grande indústria, pois o capital mercantil-cafeeiro não organizou esse setor. A grande indústria mecanizada surgiu, fundamentalmente, ligada ao crescimento do capital mercantil-financeiro do café, no momento em que se configurava a necessidade dos países industrializados realizarem inversões de capital para a abertura de novos mercados” (LOPES, 1997, P. 144).

O café ainda era a força motriz da economia brasileira, quando a crise de 1929 segundo Schiffer (2010), “contribuiu para a queda na demanda internacional de café, a ponto de seu preço cair de forma a desestimular sua produção, gerando expressiva contração da área plantada no Brasil”, desse modo “a indústria aparece na economia nacional nesse período como alternativa de inversão de capital”.

[...] a indústria se caracteriza nesta época, pela dependência do setor agrário exportador, pela insignificância dos ramos básicos, pela baixa capitalização, pelo grau incipiente da concentração [...]. As atividades predominantes por setor são os têxteis e as alimentares, sendo significativo notar que os ramos básicos da infraestrutura industrial (siderurgia, mecânica pesada, por exemplo) não representam qualquer contingente expressivo (FAUSTO, 1986, p.19).

De acordo com Guerra (2012, p. 42), “o processo de industrialização no Brasil nasceu com a função de substituir as importações de produtos industrializados de outros países [...] a Revolução de 1930 marcou a perda da hegemonia política das oligarquias alavancando o processo de industrialização do país em decorrência do grande êxodo rural, do aumento da população urbana e do nascimento de um mercado consumidor”.

Segundo Sola (1980, apud SCHIFFER, 2010, p.84), a atuação estatal nesse período, a rigor, cumpriu sua função básica no capitalismo, ou seja, organizou os interesses da classe dominante, composta de dois grupos: oligarquia rural e industriais emergentes. Grupos esses que se complementavam na medida em que “o que os unificava era o fato de os investimentos na indústria dependerem da acumulação de capitais na agricultura, canalizados sob a forma de créditos e financiamentos, através do sistema bancário que lhes servia de mediador”.

Para Santos (1994, p. 69), “é a partir dos anos 50 que se nota mais francamente uma tendência à aglomeração da população e da urbanização”. Os estados brasileiros

passaram por etapas diferentes de desenvolvimento urbano e industrial, mas todos preservando a estrutura econômica já existente, ou seja, através das grandes propriedades rurais.

Andrade (1989, p. 41) diz, em outras palavras, que o desenvolvimento industrial brasileiro durante, principalmente, os governos populistas, “estava muito voltado para as populações urbanas, tanto a burguesia como o operariado, e desenvolveu uma política extremamente favorável à modernização da indústria e dos serviços. No campo [...] procurou conservar as instituições tradicionais, com ligeiras intervenções que favoreciam a modernização, sem mudança, das velhas formas”.

Pioneiro do processo de modernização e diversificação da economia brasileira, Getúlio Vargas, em seu segundo mandato presidencial na década de 1950, estimulou indústrias estrangeiras, principalmente automobilísticas, para instalarem suas fábricas no país, mais precisamente em São Paulo, cidade com maior concentração populacional e industrial. A ideia era substituir as importações por produtos nacionais, plano que ficou conhecido como Processo de Substituição de Importações (PSI), iniciado com a substituição de importações de bens finais não duráveis.

Já no governo de Juscelino Kubitschek a indústria deixa de ter um viés nacionalista, com a introdução de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Segundo Lima (2015, p. 66) as empresas estrangeiras com capital acumulado e com necessidade de expansão se dirigiram para locais de farta fonte de matéria prima, mão de obra barata e potencial mercado consumidor. O Brasil, como periferia do sistema, tornou-se o berço de subsidiárias estrangeiras das mais diferentes empresas e atividades industriais.

Dessa forma os interesses do governo brasileiro se fundiram aos interesses de expansão da economia internacional, criando assim uma nova e maior possibilidade de desenvolvimento e crescimento econômico do país.

1.5.1 Ocupação e Industrialização do Centro-Oeste

O Brasil é um país de cidades novas. A maior parte de seus núcleos urbanos surgiu neste século (ABREU, 1998). A ocupação do Centro-Oeste teve início ainda no século XVIII, “tendo como atividade principal a mineração”, e se intensificando no século XIX

com a formação de um espaço agrário, possível graças ao “desinteresse do Governo Imperial pelas áreas interioranas”, surgiram assim vários núcleos urbanos, em função da migração, da “ampliação do sistema agrícola” e de fortificações militares em algumas localidades (FERREIRA; MENDES, 2009), todavia as dificuldades de transporte para distribuir os produtos, visto que o grande mercado consumidor encontrava-se no Sudeste, inibiu o desenvolvimento e a ocupação urbana até meados do século XX.

Do ponto de vista histórico, os primeiros projetos de colonização do Centro-Oeste foram implantados em 1912, mas a grande maioria data de 1940, com maior ênfase entre 1951 e 1953. (RATTNER; UDRY, 1987. p. 13).

Em Mato Grosso⁴ a iniciativa da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, pelo governo federal, trouxe benefícios adicionais, pois com a ferrovia em funcionamento, ocorre o deslocamento do fluxo de mercadorias que abastece o Centro-Oeste (ARCA, 2007).

A localização de Campo Grande atendia os objetivos econômicos e estratégicos da Companhia de Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, por isso, a cidade é escolhida para sediar uma Diretoria Regional que atenderia todo o Sul de Mato Grosso. A ferrovia favorece a transferência do eixo econômico Cuiabá e Corumbá, através do rio Paraguai, para Campo Grande e São Paulo (WEINGÄRTNER, 1995).

Já em Goiás, segundo Ferreira e Mendes (2009, p. 9), “a expansão do transporte ferroviário pelo Triângulo Mineiro, em 1917 [...] facilitou o intercâmbio entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás”.

Lima (2015, p.62) diz que “as estradas de ferro implantadas no início do século XX foram a grande novidade da época. Traziam mercadorias produzidas nas fábricas, principalmente da região sudeste, para serem distribuídas pelos vendedores e mascates”.

De acordo com Palacín e Moraes (2008, p. 162), a construção de Goiânia promoveu a abertura de novas estradas, tornando-se centro de ligação dentro do Estado e com outros Estados: favoreceu a imigração, e conseqüentemente o povoamento, acelerando a colonização do Mato Grosso Goiano, zona de grande riqueza agrícola, criou o primeiro

⁴ Até 1977, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul formaram o único estado de Mato Grosso.

centro urbano de grande riqueza agrícola, que não chegou a constituir-se em centro industrial, como esperava os construtores [...].

A mudança da capital da Cidade de Goiás para a recém-criada Goiânia, em 1933, é considerada marco histórico da Marcha para o Oeste⁵ (projeto de povoamento do Centro-Oeste instituído durante o governo Vargas), uma vez que esta influenciou no plano de ações para integração territorial do país.

Neste contexto, o estado de Goiás passou a se integrar ao país como fornecedor de alimentos, matérias primas, além de se tornar um potencial mercado consumidor. Contudo, a morte de Vargas, em 1954, provocou uma inversão não no sentido, mas na forma de promover o desenvolvimento na economia brasileira que começava a tomar outros rumos (LIMA, 2015, p. 65).

Pode-se afirmar que a ocupação do Centro-Oeste tinha como objetivo principal a acumulação capitalista na agricultura com mão-de-obra barata, de forma que esta pudesse fomentar o desenvolvimento da indústria. Isto é, o processo de substituição por importações que visava estimular o desenvolvimento de uma indústria nacional, contudo, não tinha como objetivo industrializar o Centro-Oeste, que nesta primeira etapa teve, portanto, o papel apenas de fornecer produtos agrícolas para essas indústrias. As construções de ferrovias no início do século promoveram a ocupação do estado, de forma que pudessem criar novos núcleos urbanos, ideais para incitar a integração regional do país.

A “Marcha para o Oeste” acelerou o processo de ocupação, intensificou os investimentos em infraestrutura rodoviária, mas ainda assim não retornou os resultados esperados, pois a produção agrícola não era tão diversificada quanto no nordeste (região fornecedora de produtos primários para as indústrias do sudeste) e o fluxo de pessoas em direção à região não fora suficiente para integrar o território. Mas ainda nos anos 50, com o governo de Juscelino Kubitschek, o Centro-Oeste continuaria sendo reorganizado territorialmente e a sua urbanização estimulada, em continuidade ao plano desenvolvimentista de diversificação da indústria iniciado por Vargas.

⁵ A “Marcha para o Oeste”, uma alusão ao que ocorrera na América do Norte durante o período de colonização. (LIMA, 2015, p. 65)

2

FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA EM TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL

Não é o centro do DF, e não é tampouco uma cidade do interior (oh! Isto nunca). Não tem gabaritos, nem medalhas de honra. Mas, é assim, uma criança de 7 anos que brinca com o vento, fazendo rodopios de poeira no meio da rua e atrapalhando as senhoras que passam.

Nós brincamos com você e em você, como em um sustentáculo; construímos nossos castelos de sonhos juvenis, que depois derrubamos, às vezes com um simples pontapé [...].

(NÓBREGA, apud, CHAVES, 1965.).

Capítulo 2: Formação sócio espacial do comércio e indústria em Taguatinga, Distrito Federal.

2.1 Ocupação e industrialização do Distrito Federal

Ao chegar à presidência, em 1956, Juscelino Kubitschek colocou em andamento seu plano de metas “50 anos em 5”, que previa em cada ano do seu governo avançar 10 anos, totalizando 50 anos de progresso. A transferência da capital do país do Rio de Janeiro para Brasília previa não só uma cidade de cunho político-administrativo do Brasil, como também seria o integrador regional do país.

Quando ainda era governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek criou um programa de desenvolvimento denominado binômio “Energia e Transporte”, cujo principal objetivo consistia em promover a industrialização no estado, visto que até então, sua economia era baseada principalmente na agricultura e pecuária. Desse modo, a criação de empresas energéticas regionais, interligadas a uma rede central, permitiria que a indústria se desenvolvesse, juntamente com a construção de rodovias para integrar os municípios mineiros e facilitar o acesso aos demais estados (SILVA, 2015).

Foram construídas simultaneamente quatro centrais elétricas, com usinas, rede de linhas de transmissão e estações de rebaixamento de energia, além disso, foi construída também, a barragem do Cajuru, para a ampliação da usina de Gafanhoto, que servia a Cidade Industrial de Contagem. O feito mais marcante, no entanto, foi a criação da Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG, em 1952 (SILVA, 2015).

A empresa tornou-se referência nacional influenciando, posteriormente, a criação da Eletrobrás. Já a adoção do sistema rodoviário foi justificada como medida para alcançar de forma mais rápida áreas menos povoadas, estabelecendo de uma vez a conexão entre os municípios. Previa-se a construção de 2 mil km de rodovias e a pavimentação de 500 km. Contudo, a importação de um grande volume de tratores, retroescavadeiras e caminhões resultaram num total de 3.725 km, construídos entre 1951 e 1955 (ALMG,2002) .

O êxito do programa, apesar dos esforços, não se deu imediatamente, levou um tempo para que a indústria se firmasse na economia do estado. Assim, o Binômio Energia e Transporte, mesmo não tendo alcançado totalmente o resultado esperado,

valeu como base para a elaboração do Plano de Metas “50 anos em 5” durante a campanha presidencial de Juscelino Kubitschek.

No Plano de Metas de JK previam-se 30 objetivos a serem alcançados em seu governo, mas em um último momento, a construção de Brasília e a transferência da Capital Federal foram incluídas como parte do plano de desenvolvimento, tornando-se assim, um símbolo do progresso, meta-síntese do Plano de Metas, impulsionando e acelerando a industrialização do país (SILVA, 2015).

Em 1956, é formulado o Plano de Metas, que agrupava quatro grandes conjuntos de objetivos: 1) investimentos diretos do governo no sistema de transportes e geração de energia; 2) ampliação e/ou instalação de setores de produção intermediária, com destaque para a siderurgia; 3) instalação das indústrias produtoras de bens de capital; 4) construção de uma nova sede administrativa do país, que acabará tornando-se sua capital, ou seja, Brasília. Esta situa-se então a grande distância dos polos dinâmicos da economia, localizados essencialmente ao longo da faixa litorânea. Na época, o governo justificou a construção de Brasília como uma forma de promover a interiorização do desenvolvimento, e de ocupar uma região cujo potencial era considerado vastíssimo, embora mal conhecido. [...] Criadas as condições – embora seja necessário ressaltar que nem todas as metas formuladas foram concretizadas – a industrialização deslancha definitivamente, tornando-se a principal atividade da economia brasileira. [...] Do ponto de vista setorial, ganharam importância os setores de “bens de produção” e de “bens de consumo durável” (RATTNER; UDRY, 1987. p. 13).

É importante frisar que a mudança da Capital para o interior do país faz parte de ideários longínquos, datados do século XIX, idealizados, mas nunca colocados em ação. Para Lopes (1997, p. 83), Brasília foi parte da construção do imaginário do Brasil voltado ao futuro e ao interior eternamente negligenciado, pois, como dissera o próprio presidente, aquele país encostado no mar parecia um Brasil que estava sempre querendo “ir embora”.

Tão logo começa a construção de Brasília, há um grande fluxo migratório para a região Centro-Oeste, migrantes advindos, principalmente, do Nordeste, visto que esta região do Brasil sofria enormemente com a falta de emprego, escassez de água, e por parte das terras disponíveis serem propriedades latifundiárias⁶.

⁶ Grandes propriedades rurais privadas, pertencentes quase sempre a grandes produtores e com relativa proporção de terras não cultivadas.

Outra é a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária hostil desde cedo a maior distribuição de renda, maior consumo e a maior terceirização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva (SANTOS, 1994, p. 62).

Operários e famílias que vinham, portanto, em busca de empregos, e a maioria, obviamente, foi empregada na construção civil (FIGURA 01). Já em Brasília, os pioneiros assentavam suas casas próximo ao trabalho, a primeira e mais famosa ocupação dos candangos, a Cidade Livre⁷, atual Núcleo Bandeirante, local provisório desses trabalhadores, seria desocupada ao término da construção da capital. Motivo que levou muitas pessoas a se retirarem de lá, antes mesmo que tal fato pudesse ocorrer.

Por isso, ainda em 1956, foi estrategicamente escolhido o acima lembrado local “provisório” para acolher os que chegavam. [...] Organizada de modo precário, logo no início, a Cidade Livre já contava com uma população de aproximadamente mil pessoas, contingente constituído basicamente de comerciantes, trabalhadores da Novacap e de construtores particulares. [...] Ao sublinhar um aspecto importante desta problematização, ou seja, a provisoriidade do lugar, imaginado para “durar” quatro anos, [...] alguns estudos mostram que as inúmeras dificuldades não foram suficientes para desestimular a vinda desses trabalhadores, que, sozinhos ou com suas famílias, formaram as vilas não oficiais, as chamadas invasões (SILVA, 2011, p. 13-14).



Figura 1: Operários próximos ao Congresso Nacional, 1959.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

⁷ Para incentivar a vinda de comerciantes para a região a localidade também estava livre do pagamento de impostos. Daí a origem do nome Cidade Livre. Fonte: Administração Regional do Núcleo Bandeirante, 2015.

Com a inauguração da Capital, iniciaram-se as transferências dos principais órgãos administrativos. As quadras residenciais foram ocupadas por militares e funcionários públicos. Os pioneiros foram alojados cada vez mais longe, surgia, assim, a Brasília polinucleada, já imaginada por Lúcio Costa, mas com suas RA's construídas antes mesmo da elaboração de seus projetos e de planejamentos. Segundo Cerqueira (2009, p. 13), seu plano original dizia: “[...] deve-se impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à companhia urbanizadora prover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população”.

“[...] a corrida em direção a Brasília superou todas as expectativas, foi muito além do limite imaginável, gerando, com isso, decepções e desencanto aos que sonhavam com a terra prometida [...]” (LOPEZ, 1985).

Criadas para erradicar as crescentes invasões em Brasília e em suas proximidades, as cidades-satélites do Distrito Federal foram regularizadas pela Lei nº 4.545 de 10 de dezembro de 1964. São oficialmente denominadas regiões administrativas (RA's) e não possuem autonomia política e econômica.

Percebe-se que desde o início, a construção de Brasília fomentou a segregação social. A proposta de implementar as Regiões Administrativas afastadas do Plano Piloto já “sugeriu” um distanciamento entre ricos e pobres. Todavia o planejamento das RA's não eliminou o aparecimento de mais assentamentos irregulares o que ainda hoje resulta em novas ocupações.

Mas o crescimento espontâneo trouxe junto o comércio e com a apropriação do território surgiram as primeiras indústrias. Foram as serrarias as propulsoras da industrialização em Brasília, que nasceram para atender a construção civil e a maior parte das casas construídas na época. Depois destas vieram às metalúrgicas, seguida da indústria moveleira e alimentícia, todas para atender ao crescente mercado local (COELHO, 2012).

Os êxitos do quinquênio, sob a palavra de ordem dos “Cinquenta Anos em Cinco”, são inegáveis [...]. Entretanto, JK esgotou as possibilidades de sucesso daquele estilo de desenvolvimento. Em primeiro lugar, porque a clara inserção do Brasil na etapa do capitalismo monopolista gerava uma série de novos problemas. Os mais visíveis se deviam ao agravamento de disparidades regionais, ligadas à coexistência orgânica de setores avançados da indústria de bens de consumo e de bens de capital, com bolsões de atraso e

baixa produtividade, bem como a manutenção e crescimento da miséria no campo e sua transferência para as grandes cidades (MARANHÃO, 1981, p. 99).

2.2 Taguatinga: Espaço e Memória

Com uma população aproximada de 214.282 mil habitantes (PDAD, 2013), Taguatinga é hoje a capital econômica do DF (ADF, 2015). Localizada a 25 km do Plano Piloto de Brasília, faz divisa com as regiões administrativas de Águas Claras, Brazlândia, Ceilândia, Cidade Estrutural, Riacho Fundo, Samambaia e Vicente Pires (FIGURA 02).

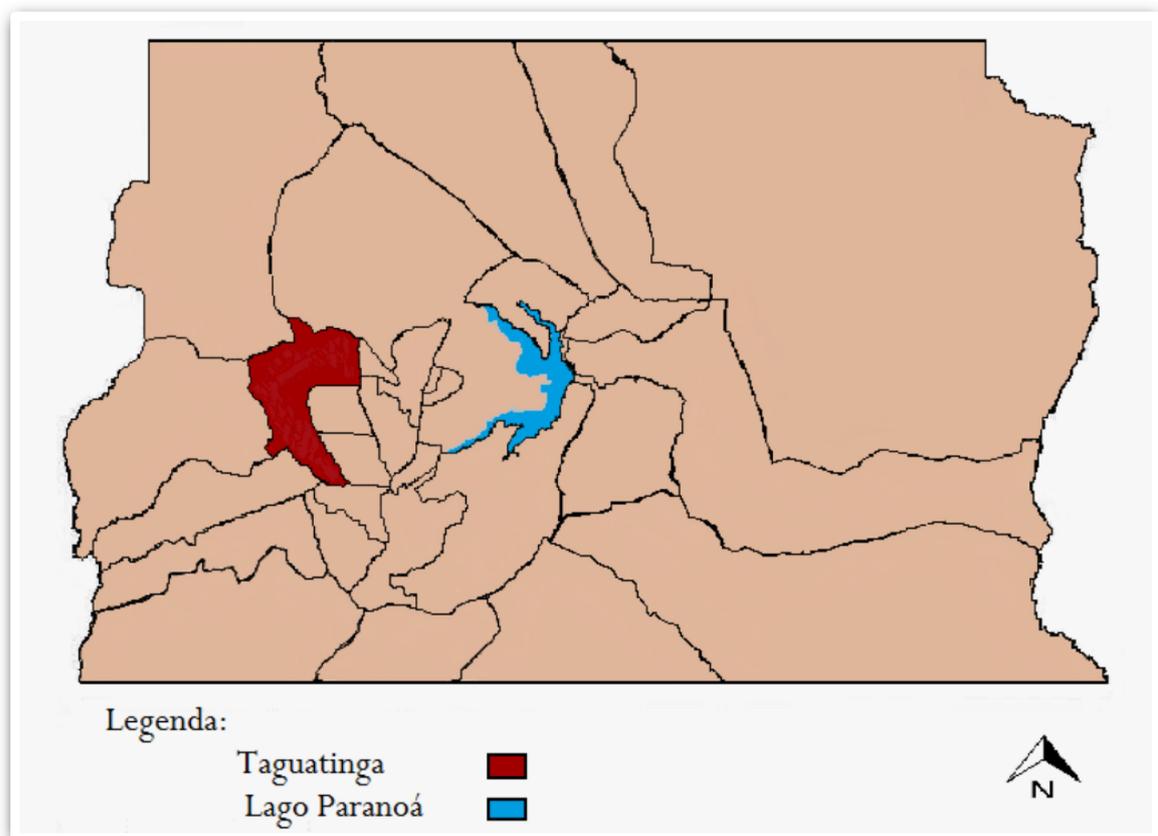


Figura 2: Localização de Taguatinga no mapa do Distrito Federal.
Fonte: Feito pela autora, 2015.

Oferece todos os tipos de serviços desde comércio (principal fonte de arrecadação de renda) até hospitais e escolas públicas e particulares, faculdades e diversas opções de lazer. Além disso, possui um total estimado de 67.147 domicílios urbanos (PDAD, 2013) e 12 mil estabelecimentos comerciais e industriais que representam aproximadamente 22% do PIB do DF (ACIT, 2014). Hoje Taguatinga (FIGURA 04) em nada se parece com o pequeno povoado que a fundou há 57 anos, em 05 de junho de 1958 (FIGURA 3).



Figura 3: Taguatinga em 1958.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 4: Avenida Comercial Norte.
Fonte: Agência Brasília por Toninho Tavares, 2015.

Mas sua história começa muitos anos antes, em 1749, quando as terras que hoje a formam, pertenciam ao município de Luziânia - GO. Nesse ano, estabeleceram-se as primeiras sesmarias na capitania de Goiás. A fazenda Taguatinga como foi chamada, do tupi Ta'Wa'Tiga, traduzida erroneamente como Ave Branca, tinha sua sede nas proximidades do córrego Cortado, onde hoje se localiza a ACIT/FACITA (MOUSINHO, 2003), na QI - 25 da Quadra Industrial, e continha cerca de 17 escravos. Antes da chegada dos primeiros colonizadores, suas terras eram ocupadas por populações indígenas.

Apenas dois séculos mais tarde, em 1958, os primeiros moradores se assentaram, pessoas atraídas pela construção de Brasília e que se encontravam ao longo da estrada Brasília-Anápolis e em frente à Cidade Livre⁸ e com a alegação do governo de que esta se encontrava por demais povoada. Os habitantes da Vila Sarah Kubitschek, como Taguatinga fora inicialmente chamada, das invasões Vila Matias e Vila Dimas, reivindicaram ao próprio Presidente JK a regularização da cidade. Em seis meses, Taguatinga (FIGURAS 03 e 05) já contava com escolas, igrejas, hospital e casas de alvenaria construídas pela Novacap (Governo de Brasília, 2015). Além disso, a remoção de invasões como na W3(Plano Piloto) e de parte da antiga Vila Amaury⁹, contribuíram para o seu rápido crescimento demográfico no período.

⁸ Cidade Livre foi assim chamada pelos pioneiros que viviam nesse povoamento durante a construção de Brasília. Atualmente Núcleo Bandeirante, VIII Região Administrativa do Distrito Federal.

Fonte: Administração Regional do Núcleo Bandeirante, 2015.

⁹ Vilarejo provisório que abrigava os construtores do Congresso Nacional e dos Ministérios, que seria inundada quando fosse inaugurada a barragem do Lago Paranoá. Fonte: Globo, 2010.



Figura 5: Taguatinga em 1963.
 Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

E assim, Taguatinga foi construída 10 anos antes do prazo previsto. O seu traçado projetado por Lúcio Costa, para ser uma cidade-dormitório de 25 mil pessoas, também fora abreviado. Lúcio Pontual Machado e Milton Pernambucano, titulares da Assessoria de Planejamento da NOVACAP, adaptaram o que havia sido planejado com as áreas já ocupadas, e em 1960, com a inauguração de Brasília, o número de habitantes já havia ultrapassado um total de 26 mil pessoas (LOPEZ, 1985). Todavia, o reconhecimento oficial de Taguatinga só veio em 1970, pelo então governador Hélio Prates da Silveira.

2.3 Estrutura urbana e sócio espacial

Taguatinga foi planejada como uma cidade linear, ou seja, sua estrutura espacial tem uma via central, a EPTG - Centro de Taguatinga, da qual se desenvolvem vias secundárias. A principal avenida, a comercial norte/sul, referencial de comércio e endereçamento da cidade, assim como a Avenida SAMDU¹⁰ norte/sul, que atualmente,

¹⁰ É o nome dado a uma das principais Avenidas de Taguatinga em virtude do Serviço de Atendimento Médico Domiciliar de Urgência - SAMDU, que era localizado naquela via na década de 1960 (MOUSINHO, 2003).

passa por uma revitalização de sua cobertura asfáltica, e espera-se em breve, que ambas as avenidas funcionem como um sistema binário (FIGURAS 06 E 07). Dessa forma, a cidade linear tem como principal objetivo facilitar a circulação de veículos em detrimento da importância do sistema viário para a logística de uma cidade.



Figura 6: Obras de asfaltamento na Av. SAMDU norte - Taguatinga. 1963.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 7: Obras de revitalização da cobertura asfáltica na Av. SAMDU norte – Taguatinga.
Fonte: Agência Brasília, outubro de 2015.

Há ainda A EPTG - Avenida Elmo Cerejo, que liga o centro de Taguatinga a Ceilândia Sul, O pistão norte/sul, formalmente conhecido como EPCT¹¹, também uma das principais vias de acesso da cidade, e a Avenida Hélio Prates ao norte, principal via de ligação entre Taguatinga e Ceilândia (FIGURA 08).



Figura 8: Principais Vias de ligação entre Taguatinga e as Regiões Administrativas próximas.
Fonte: Imagens da Internet, 2015.

¹¹ EPCT – Estrada Parque Contorno Taguatinga.



Figura 10: Ruas residenciais em Taguatinga, 1963.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal



Figura 11: Ruas Residenciais em Taguatinga Norte.
Fonte: Imagens da autora, 2015.

O núcleo rural de Taguatinga, concebido no planejamento original de Lúcio Costa, como parte do Cinturão Verde para abastecimento de Brasília compreende os Parques Saburo Onoyama, Cortado, Três Meninas e Boca da Mata, esses dois últimos localizados em Ceilândia. Juntos formam a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE – Parque JK), criado pela Lei nº. 1002, de janeiro de 1996. O Parque JK ainda abriga o Terminal Rodoviário de Taguatinga, o Centro Esportivo Estádio Serejão e o novo Centro Administrativo do Distrito Federal.

É banhado pelos Córregos Cortado e Taguatinga, a confluência entre os dois forma o Ribeirão Taguatinga que desagua no Rio Melchior, afluente do Rio Descoberto (MOUSINHO, 2003), e, portanto, faz parte da Bacia do Rio Descoberto (FIGURA 12).

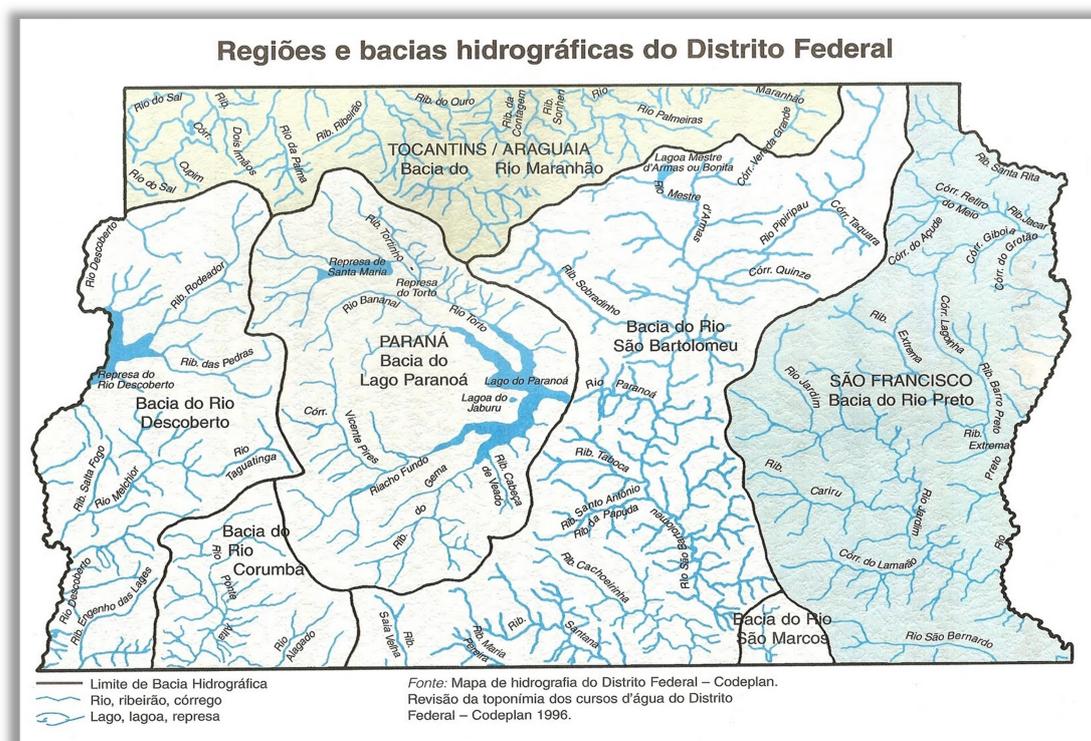


Figura 12: Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto.
Fonte: Codeplan, 1996.

2.4 Aspectos econômicos – comércio e indústria local

Taguatinga possui o maior centro de comércio do Distrito Federal, e segundo Associação Comercial e Industrial de Taguatinga (ACIT) conta com aproximadamente 12 mil lojas e indústrias (FIGURAS 14 e 15). É também a região administrativa mais independente de Brasília, por dia, passam pela cidade cerca de um milhão e duzentas

mil pessoas, atraídas pelo comércio, faculdades, shoppings, bares e restaurantes, advindos, principalmente, de Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Vicente Pires, Águas Claras, Guará, Recanto das Emas, Riacho Fundo e da região do entorno, Águas Lindas e Santo Antônio do Descoberto.

Apontada como centro do eixo metropolitano do DF, Taguatinga é, sem dúvida, uma cidade de grande influência, e em breve será sede administrativa do governo do Distrito Federal. Compõe a Rede Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE – DF), composta atualmente, por mais 22 municípios do Goiás e Minas Gerais (FIGURA 13).

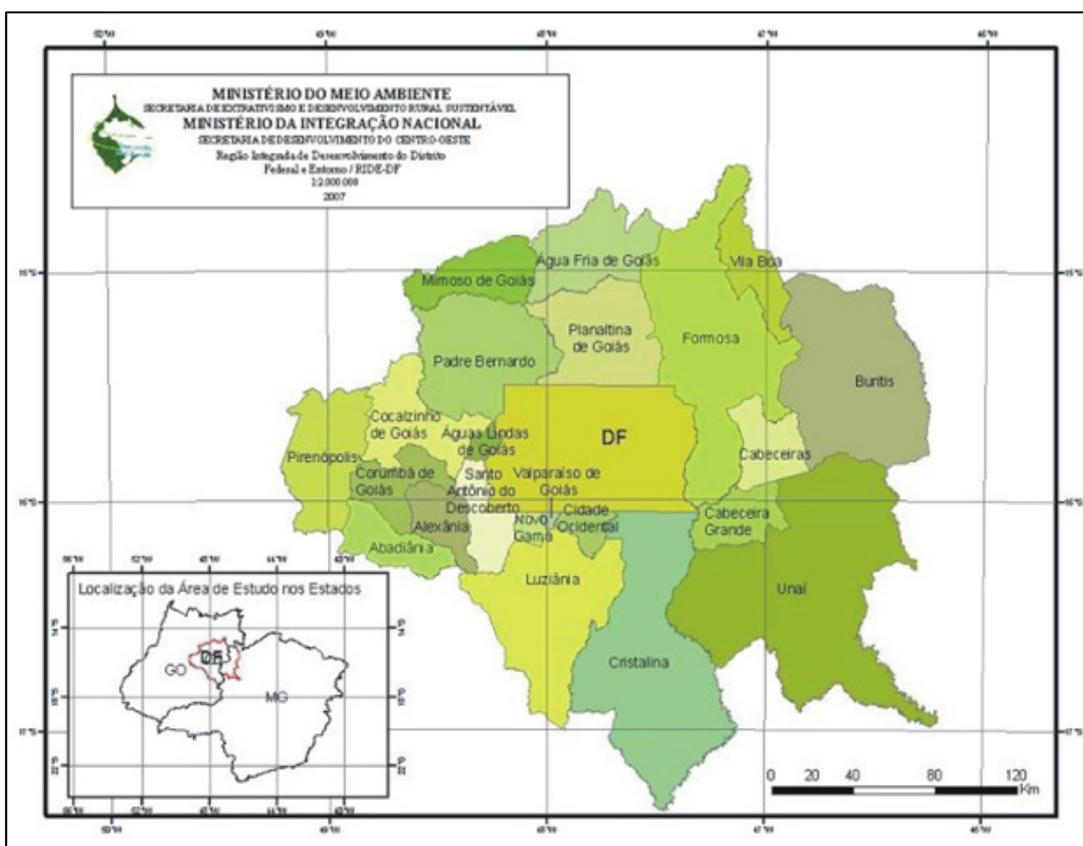


Figura 13: Mapa da RIDE.
Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2007.

O comércio da cidade nasceu paralelamente à sua criação, estando presente desde as primeiras construções. É certo que a população da cidade se orgulha do seu desempenho e importância para a economia da capital. E houve, desde o início, a preocupação em expandir a indústria local, visto que, ao término da construção da capital, para ali se manterem, a população deveria gerar emprego e consequentemente renda.



Figura 14: Comércio em Taguatinga, 1963.
 Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 15: Comércio em Taguatinga.
 Fonte: Imagens da autora, 2015.

A expansão do comércio fez a cidade se destacar, e percebeu-se ali um grande potencial econômico, atraindo empresas e fábricas. Mas Taguatinga também foi o assentamento urbano que induziu a urbanização no eixo oeste do Distrito Federal. A partir de Taguatinga e suas vias de acesso surgiram outras ocupações próximas, em terras, aliás, que pertenciam à cidade, e mais tarde se tornariam as RA's de Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Riacho Fundo e Águas Claras. Antes essas áreas rurais supriam a demanda por alimentos de Brasília, havia plantações de batata, pequenas criações de gado e que também serviram como produtos primários para a indústria alimentícia local (FIGURA 16).



Figura 16: Inauguração do Mercado SAB.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal. 1963.

Entre as décadas de 60 e 70, segundo Chaves (1965), já existiam em Taguatinga fábricas de refrigerantes (Crush, Grapetto, Guaraná), bebidas alcoólicas (gim, xarope, conhaque) e café (Café Arábia, Café Forte, Café Néctar). E Taguatinga atraiu não somente migrantes nordestinos, como imigrantes advindos de países árabes e também japoneses. “Os árabes” alcançaram êxito no comércio, já “os japoneses” inovaram na produção agrícola, segundo relatos históricos dos próprios moradores.

A produção agroindustrial, contudo não floresceu, em vista do intenso povoamento da região, da demanda por moradia, dos desmembramentos territoriais que deram origem a outras RA's e, principalmente, das delimitações da sua zona rural, visto

que esta faz parte da Bacia do Rio Descoberto, logo uma importante área de proteção ambiental (APA). Assim, as áreas agrícolas diminuíram ou se afastaram do centro, e logo, outros tipos de indústria se destacaram: a indústria manufatureira de confecções, calçados, química (Polix) e moveleira. A maior parte dessas indústrias se deslocou para outras localidades. E atualmente, algumas outras, devido ao tamanho das áreas e a facilidade de transporte de cargas, estão concentradas na quadra CSG, na saída sul, próximo a DF – 001. E foram criados novos núcleos como o Setor de Indústrias Gráficas, na Avenida Elmo Serejo (Localiza-se na EPTG, a partir do viaduto da SAMDU, sentido centro de Taguatinga a Ceilândia).

2.5 Escola Industrial de Taguatinga – EIT

A Escola Industrial 1 de Taguatinga, hoje Cemeit, localiza-se no setor central da cidade, na QNB 01, Área Especial 1. Fundada em junho de 1959. Suas atividades iniciaram-se com o curso de marcenaria, e depois artes gráficas, entre outras profissões operárias diversas, sua proposta era ministrar cursos profissionalizantes.

A EIT disponibilizava o ensino médio acadêmico e profissionalizante (FIGURAS 17 e 18), toda a economia da cidade teve influência nessa matriz. Idealizada pelo poeta e funcionário do Ministério da Educação Gaudêncio Newton de Carvalho Souza, em 1959, a escola se tornou alguns anos mais tarde a primeira escola de ensino médio de Taguatinga. Desde 2014, é considerada Patrimônio Cultural do DF e faz parte do Complexo Cultural de Taguatinga (ARPDF, 2014) sendo uma das escolas mais tradicionais da cidade.



Escola Industrial



Curso de Artes Gráficas



Curso de Marcenária



Curso de Artes Gráficas

Figura 17: Escola Industrial 1 e Alunos dos cursos de marcenaria e Artes gráficas em 1963.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 18: Centro de Ensino Médio Escola Industrial de Taguatinga.
Fonte: Imagem da autora, 2015.

2.6 Quadra Industrial de Taguatinga - QI

Prevista desde o planejamento da cidade, a quadra industrial tornou-se realidade ainda na década de 1960. As principais indústrias da construção civil eram metalúrgicas, madeireiras e serrarias, a indústria moveleira que ganhou destaque em seguida, visto que estava cada vez mais caro e difícil comprar de outros estados como Minas Gerais e São Paulo.

Em menos de 10 anos, já se encontravam funcionando 50 pequenas indústrias, sendo as principais de bebidas e artefatos. Havia ainda fábricas de colchões de mola, de sabão e outros produtos químicos, além das pequenas produções de roupas e calçados (CHAVES, 1965).

Atualmente, o setor de indústrias emprega mais de 7 mil pessoas, direta e indiretamente (GOVERNO DE BRASÍLIA, 2014). São ainda metalúrgicas, serrarias, fábricas de torrefação e moagem de café, de produtos químicos, têxteis e madeireiras. Destacando-se as indústrias de embalagens e sacolas plásticas e, principalmente, de equipamentos eletrônicos e segurança (FIGURA 20).



Legenda: — Quadra Industrial de Taguatinga Norte (QI)

Figura 19: Imagem de satélite da Quadra Industrial (QI), Taguatinga Norte.
Fonte: Google Earth.

As fábricas de bebidas mudaram-se para outras localidades devido, principalmente, a isenção de impostos em outros Estados como o Goiás, ao tamanho dos terrenos, que eram consideravelmente maiores, e à criação do Setor de Indústria e Abastecimento, que concentrou as indústrias do DF. Nos locais antes ocupados por estas, hoje funcionam galpões. Por toda a quadra, as antigas fábricas tornaram-se garagens de ônibus e caminhões, lojas de atacado e varejo, igrejas, escolas, faculdades, lojas de materiais de construção, supermercado, postos de gasolina, empresas de reciclagem, e muitos terrenos foram apropriados pela indústria imobiliária, que constrói imensos condomínios residenciais, e ainda há muitas áreas obsoletas abandonadas, para aluguel ou venda.



Figura 20: Fábricas de Taguatinga em funcionamento na QI.
Fonte: Imagens da autora. Novembro de 2015.

2.6.1 Feira dos goianos

Também chamada de polo de confecções, foi formada por comerciantes de Goiânia e interior do Goiás em 1998, localiza-se na QI de frente para a Avenida Hélio Prates. Logo seu potencial atraiu revendedores e representantes de outros lugares. A

maioria das confecções é do DF e entorno, mas os tecidos e demais peças, vêm dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará.



Figura 21: Feira dos Goianos na Avenida Hélio Prates.
Fonte: Administração Regional de Taguatinga. 2015.

Atualmente, esse polo de moda representa quantidade significativa de lojas e espaços ocupados, sendo, talvez, o maior atrativo do setor no seguimento do comércio. Os preços competitivos atraem lojistas, revendedores autônomos e outros representantes comerciais do DF¹².

2.7 Associação Comercial e Industrial de Taguatinga – ACIT

Fundada em 22 de maio de 1960, pelos empresários pioneiros, a Associação Comercial e Industrial de Taguatinga tem sido referência do associativismo empresarial do DF. As lideranças da ACIT realizaram a 1ª Feira de Amostra do Comércio e Indústria de Taguatinga – FACITA, a iniciativa ganhou fama ao organizar e promover eventos e exposições de empresas e indústrias, assim o Parque de Exposições da FACITA se tornou famoso em todo o DF. Atualmente a área destinada às exposições, é garagem de ônibus da empresa Marechal durante maior parte do ano, exceto quando há eventos. Além disso, uma parceria com a SEBRAE oferece cursos de qualificação e assistência ao microempreendedor nas instalações do prédio administrativo.

¹² Mais informações disponíveis em:< http://issuu.com/fazendadf/docs/livreto_agtag>. Acesso em agosto de 2015.

Segundo Vasconcelos (1988, p. 47), o grande destaque de Taguatinga, entre as satélites de Brasília, está na sua arrecadação tributária. Por isso a Associação Comercial e industrial fazem de Taguatinga um centro econômico dos mais vivos, o que da à cidade um faro de quase metrópole (FIGURAS 18 e 19).



Figura 22: Visita do Presidente Figueiredo à abertura da VII FACITA, 1975.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.



Figura 23: Associação Comercial e Industrial de Taguatinga.
Fonte: Imagem da autora. Novembro de 2015.

2.8 Quadra Comercial e industrial de Taguatinga Sul – CSG

A Quadra CSG de Taguatinga sul, é uma grande área destinada ao comércio, igrejas e escolas. Em meados da década de 1990 a área, antes marginalizada, passou a ser sede de várias empresas do seguimento metalúrgico, de frigoríficos e da fabricação de refrigerantes.



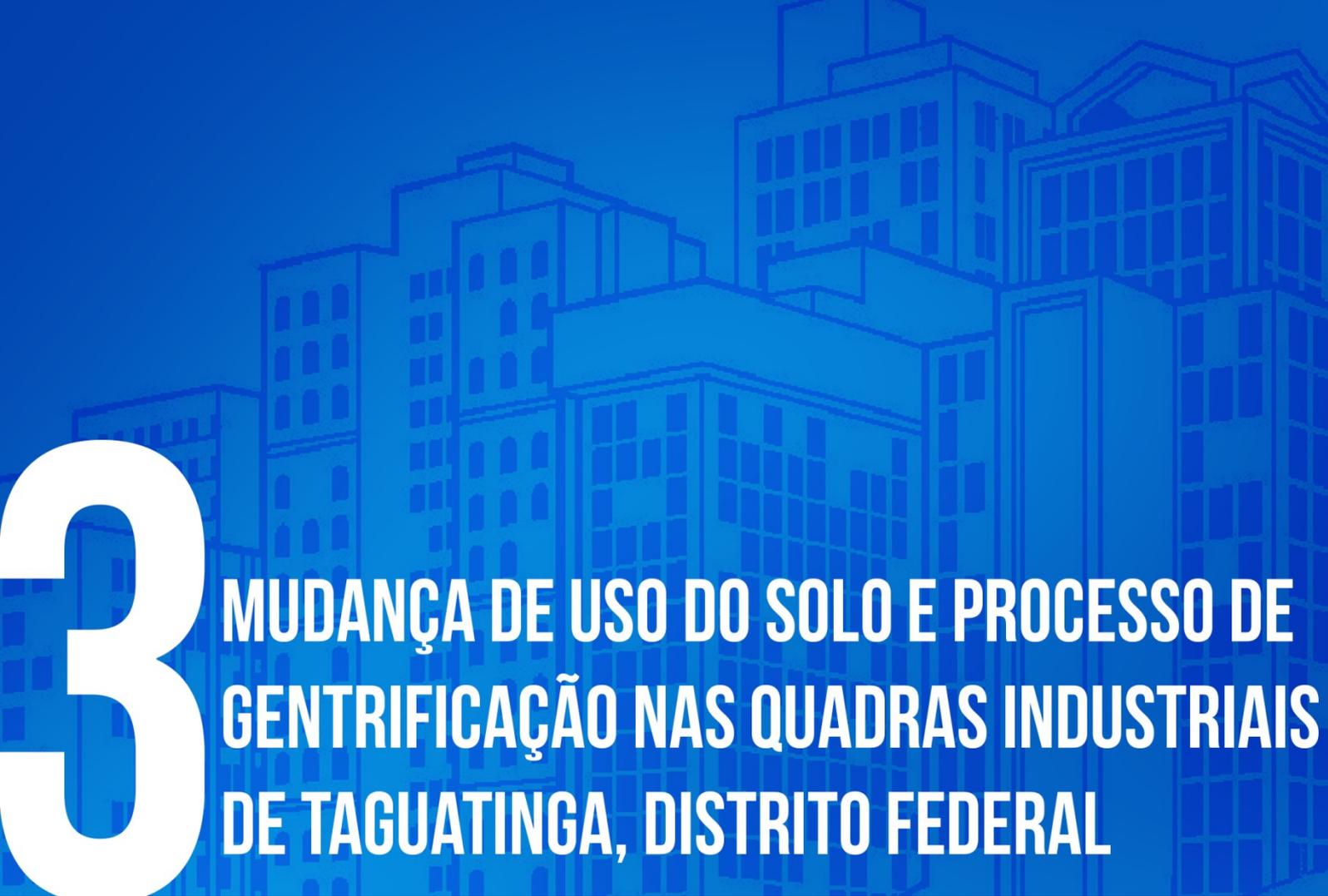
Legenda: — Quadra CSG Taguatinga Sul

Figura 24: Imagem de Satélite da Área Industrial de Taguatinga Sul.
Fonte: Google Earth.

O maior símbolo da Quadra, a Brasal refrigerantes, é a empresa responsável pela fabricação da Coca-Cola, e sede representante do sudeste e nordeste de Goiás, noroeste de Minas e sul do Tocantins, onde produz, vende e distribui os produtos da marca (Brasal Refrigerantes), funcionava no SIA desde 1989, até que passou por uma reestruturação administrativa e de infraestrutura, inaugurando a atual sede localizada na CSG 6, Lotes 01 e 02, Taguatinga Sul (FIGURA 25).



Figura 25: Brasal Refrigerantes.
Fonte: Imagem da Internet, 2015.



3

MUDANÇA DE USO DO SOLO E PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO NAS QUADRAS INDUSTRIAIS DE TAGUATINGA, DISTRITO FEDERAL

*As cidades constantemente têm que se reinventar,
em resposta a seus ambientes em mudança.*

(LEES, 2008).

Capítulo 3: Mudança de uso do solo e Processo de Gentrificação das Quadras Industriais de Taguatinga, Distrito Federal.

3.1 Desconcentração Industrial e as Áreas Degradadas nas Quadras Industriais QI e CSG

Criada com intuito de incentivar a instalação de indústrias na cidade, a Quadra Industrial de Taguatinga teve como objetivo fortalecer uma economia emergente, objetivo, como fora visto, não alcançado. Verifica-se, atualmente, gradativa desconcentração industrial que deixa nesse setor áreas em decadência (FIGURAS 26, 27 e 28) e que atrai, em certa medida, grupos sociais excluídos (moradores de rua, usuários de drogas, por exemplo).

Analisando registros e relatos históricos, a quadra industrial tem uma indústria pouco expressiva desde a sua implantação, contudo, na década de 70, o crescimento da indústria foi mais acentuado, mas se estagnando em meados da década de 80, quando na década de 90 a produção passou, de fato, a decair.

As antigas fábricas deram lugar ao comércio, e as indústrias que ficaram foram aquelas que não necessitavam de grandes espaços e maquinários e cujo destino de seus produtos é de distribuição e venda locais, como as metalúrgicas, serrarias, marmorarias e madeireiras. Dos anos 1990 aos anos 2000 os lotes desocupados serviram de moradia para famílias de baixa renda, mas em 2010, estes foram vendidos e as famílias tiveram que se retirarem para dar início às construções verticalizadas.



Figura 26: Imóveis á venda na QI.
Fonte: Imagens da autora, novembro de 2015.



Figura 27: Imóveis para alugar na QI.
Fonte: Imagens da autora, novembro de 2015.



Figura 28: Imóveis em avançado estado de degradação na QI.
Fonte: Imagens da autora, novembro de 2015.

Os incentivos fiscais em outros estados, principalmente no Goiás, contribuíram para essa desconcentração, de acordo com a Associação Comercial e Industrial de Anápolis - ACIA, em meados de 1980, o Governo de Anápolis instituiu um programa que concederia benefícios fiscais às empresas que se instalassem no local. Incentivos estes que atraíram muitas empresas de todo o Brasil, além disso, a cidade ainda encontra-se próximo as principais malhas viárias e ferroviárias que interliga o Sul e o Norte do país ao Centro-Oeste, o que facilita o transporte dos produtos.

Anápolis é hoje um dos mais importantes centros de Goiás, quer por sua posição entre Goiânia e Brasília, quer por sua condição de área de interesse da segurança nacional [...] como também pela riqueza de seu parque industrial e comercial, que lhe deu o cognome de “Manchester Goiana” (BORGES, 1975, p. 21).

Percebe-se ainda que outro estímulo para a desconcentração industrial na QI foi a criação e intensificação de outros polos industriais em razão da crescente urbanização do DF, e posteriormente na década de 1990, devido a proximidade da Quadra CSG, em Taguatinga Sul, com importantes vias marginais que ligam a nova localidade com as principais vias de saída do DF, isso sem levar em consideração as falências que podem ter ocorrido.

Não se pretende inferir aqui, que as indústrias da QI mudaram-se para Anápolis ou, necessariamente, para outros polos industriais emergentes, mas que a criação destes inibiram a presença e a atração de novas indústrias para o setor, juntamente com a urbanização em volta, que suprimiu os espaços para as indústrias.

Localizada entre a Avenida SAMDU norte e a Avenida Hélio Prates, a Quadra Industrial, está próximo a escolas, igrejas, shoppings populares, restaurantes, aos hospitais regionais de Ceilândia e Taguatinga e faculdades diversas, além, é claro, dos estabelecimentos que já se encontram no bairro. Contudo, está espremida devido ao alto índice de urbanização em volta e da proximidade com o Parque Ecológico Lago do Cortado, havendo, portanto, limitações físicas para a sua expansão e para a presença de empresas de grande porte.

Na Quadra Industrial de Taguatinga Sul - CSG, o comércio deu lugar à indústria na década de 1990, contudo, o que tem se verificado nos últimos anos é a reconfiguração espacial através da construção de novos conjuntos residenciais. Depreende-se que um dos fatores de atração para a indústria imobiliária, e a construção

e presença de prédios residenciais no local, deve-se ao fato da Quadra está localizada em frente à Universidade Católica e pela proximidade com algumas das principais escolas, supermercados, restaurantes, bares, hospitais particulares e shoppings de Taguatinga e Águas Claras, além disso, não muito distante encontra-se a estação de metrô Taguatinga Sul.

Diferentemente da QI, em Taguatinga Norte, a CSG, apresenta algumas características diferentes. Primeiro como foi abordado no capítulo 2, ela foi criada para ser uma quadra comercial, mas a sua proximidade com importantes vias de saída da cidade, como também os grandes espaços, possibilitou o desenvolvimento da indústria. Na quadra estão concentradas muitas empresas do ramo alimentício, fábricas de sorvete, de gelo, de embalagem e estocagem de feijão, fábricas de refrigerante, assim como hotéis, motéis e também kitchenette¹³. A degradação dos lotes não fica tão evidente quanto na QI, mas as lojas e pequenas fábricas vêm perdendo espaço para o mercado imobiliário. Além disso, enquanto que na QI, há um aumento de edifícios residenciais, na CSG, há um aumento significativo, de edifícios comerciais e de escritórios.



Figura 29: Fábricas de produtos alimentícios na CSG.
Fonte: Google Earth. 2015.

¹³ “Kitchenette” ou Quitinete: Apartamento de um único compartimento e mais banheiro.
Fonte: Ferreira, 2010.

3.2 As Quadras Industriais e o Processo de Gentrificação

Através das fotografias (FIGURAS 26, 27 e 28, respectivamente) é possível observar que a situação das Quadras Industriais é decadente, salvo poucas empresas, como as do ramo alimentício, têxtil, as de produtos eletrônicos para segurança e as de base para a indústria da construção civil. Mas como o processo de gentrificação se manifesta espacialmente? Quais são os aspectos fundamentais que o caracterizam e em que dimensão ocorre?

Bidou-Zachariassen (2006), em seu livro intitulado *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos*; traz exemplos de gentrificação em várias cidades globais, sobretudo Nova Iorque, em que analisa o processo de gentrificação nos bairros periféricos e nas zonas centrais. Dessa forma, ela identifica três fases do processo, ocorridos entre os anos de 1960 e 1990. A primeira fase, ela chama de gentrificação esporádica, ou seja, isolada, numa escala restrita. A segunda fase, sistemática, pois é mais ampla e consolida o processo. A terceira e última fase, seria em uma escala generalizada, ocorrendo por todo o centro e se espalhando pelas áreas de influência, abrangendo não somente residências, como também os espaços públicos, os parques e o comércio.

No DF, esse processo é ainda mais recente, até porque, como fora verificado, a industrialização brasileira começou tardia e ainda se encontra em fase de expansão do seu parque industrial. Contudo é importante ressaltar, que a ocorrência desse fenômeno se dá mundialmente e em ritmos temporais distintos, como diz a própria autora.

Por um lado, a gentrificação foi um processo que se propagou por toda a hierarquia das cidades: ela não ocorre nas maiores, mas também nos centros mais improváveis, tais como antigas cidades industriais [...] e mesmo nas pequenas cidades comerciais (BIDOU-ZACHARIASSEN, 2006, p. 62).

As fases do processo apresentadas por ela, portanto, não são normas que necessitam de ser seguidas. A identificação de como ocorre o processo, todavia, requer uma análise cautelosa, segundo Bidou-Zachariassen (2006, p. 74), por ser uma expressão de relações econômicas e políticas mais amplas, a gentrificação em uma cidade específica irá exprimir as particularidades da constituição de seu espaço urbano.

Em Taguatinga, essa renovação já se faz visível em outras áreas da cidade, em cujos espaços estão sendo construídos edifícios comerciais e de escritórios, são projetos isolados, e não apresentam a mesma proporção que tem sido verificado nas Quadras Industriais, mas que exibe tendência de se tornarem mais amplos à medida que os espaços do bairro se tornarem mais valorizados, bem como em toda a cidade, em função da sua importância como futuro centro político-administrativo do DF.

O Setor Hospitalar, localizado na QNC – área especial, por exemplo, com a construção do Centro Médico Prime (FIGURA 30), próximo ao Hospital Regional de Taguatinga, mostra a tendência, da gentrificação na área para os próximos anos.

A sua construção, onde antes haviam quiosques diversos, deram lugar ao um prédio moderno e de alto padrão, cuja presença muda a paisagem e gera grande contraste com a maioria os imóveis comerciais e residenciais.



Figura 30: Centro Médico Prime.
Fonte: Grupo Attos. Outubro de 2015.

O excesso de atividades comerciais na cidade criam congestionamentos urbanos, o território apresenta limites de expansão, e juntamente com o preço elevado do solo e a forte presença de camadas populares, a pressão pela melhoria e (re) valorização dos bairros se tornam maiores.

Nesse contexto, tanto a QI como a CSG, são até o momento as áreas mais subutilizadas da cidade, seus espaços ociosos, porém estrategicamente bem localizados, ficam sujeitados às ações do Estado e, sobretudo dos agentes imobiliários. A falta de políticas públicas, ou a ineficiência dessas, também inibem a presença das empresas, pois não há como elas concorrerem sem terem uma infraestrutura que permita sua expansão.

Todo o perímetro em volta é ocupado por residências ou comércio; sem expansão as indústrias perdem competitividade e procuram outros mercados, os espaços vazios, nada mais são do que produto das lógicas de mercado, da intensa urbanização, ocupação e disputa pelo uso do solo (FIGURA 31).



Figura 31: Igrejas e comércio na Quadra Industrial.
Fonte: Imagens da autora. Novembro de 2015.

Em vista disso, as áreas que não são mais de interesse dessas empresas, ficam desvalorizadas, o que atrai as camadas mais populares, em busca, sobretudo, de moradias de valores mais acessíveis. Assim, os locais que deveriam abrigar fábricas ou comércio, tornam-se residências.

Mas respondendo a pergunta de como a gentrificação se manifesta espacialmente, o mercado imobiliário vê os atributos que valorizam esses espaços, como a proximidade de shoppings, de avenidas, mercados, escolas, fluxo de pessoas, e assim vende o espaço como mercadoria.

Segundo Sánchez (2003, p. 45), o valor de troca, impresso no espaço-mercadoria, se impõe ao uso do espaço, e assim os modos de apropriação passam a ser determinados cada vez mais pelo mercado. Dessa forma, o acesso ao espaço se realiza pela mediação do mercado, o que impõe profundas mudanças nos modos de uso e consumo.

Taguatinga vê-se num momento em que para assegurar sua posição como uma área central e também de relevância socioeconômica, precisa renovar os seus espaços. O crescimento de outras RA's tanto no que diz respeito à moradia, como do comércio e da indústria, deixa claro, que a cidade precisa reorganizar os seus espaços para que continuem sendo atrativos, mesmo que para isso, os poderes públicos, juntamente com os interesses dos agentes imobiliários, se utilizem da gentrificação como meio de obter os resultados que se esperam (FIGURAS 32,33 e 34).

Sánchez continua (2003, p. 50), “não são apenas fragmentos do espaço urbano que entram nos fluxos mercantis incorporados de acordo com interesses locacionais específicos e respectivas estratégias de acumulação de empreendedores imobiliários [...] são as cidades que passam a ser “vendidas” dentro das políticas do Estado que, no atual estágio do regime de acumulação capitalista, procura cumprir com uma agenda estratégica de transformações exigidas para a inserção econômica das cidades nos fluxos globais. Neste contexto, não basta renovar as cidades, é preciso vendê-las e, ao fazê-la, vende-se a imagem da cidade renovada”.



Figura 32: Residencial Top Life Taguatinga, QI. Fonte: Imagem da autora. Março de 2015.



Figura 33: Prédio Residencial na QI. Fonte: Imagens da autora. Outubro de 2015.

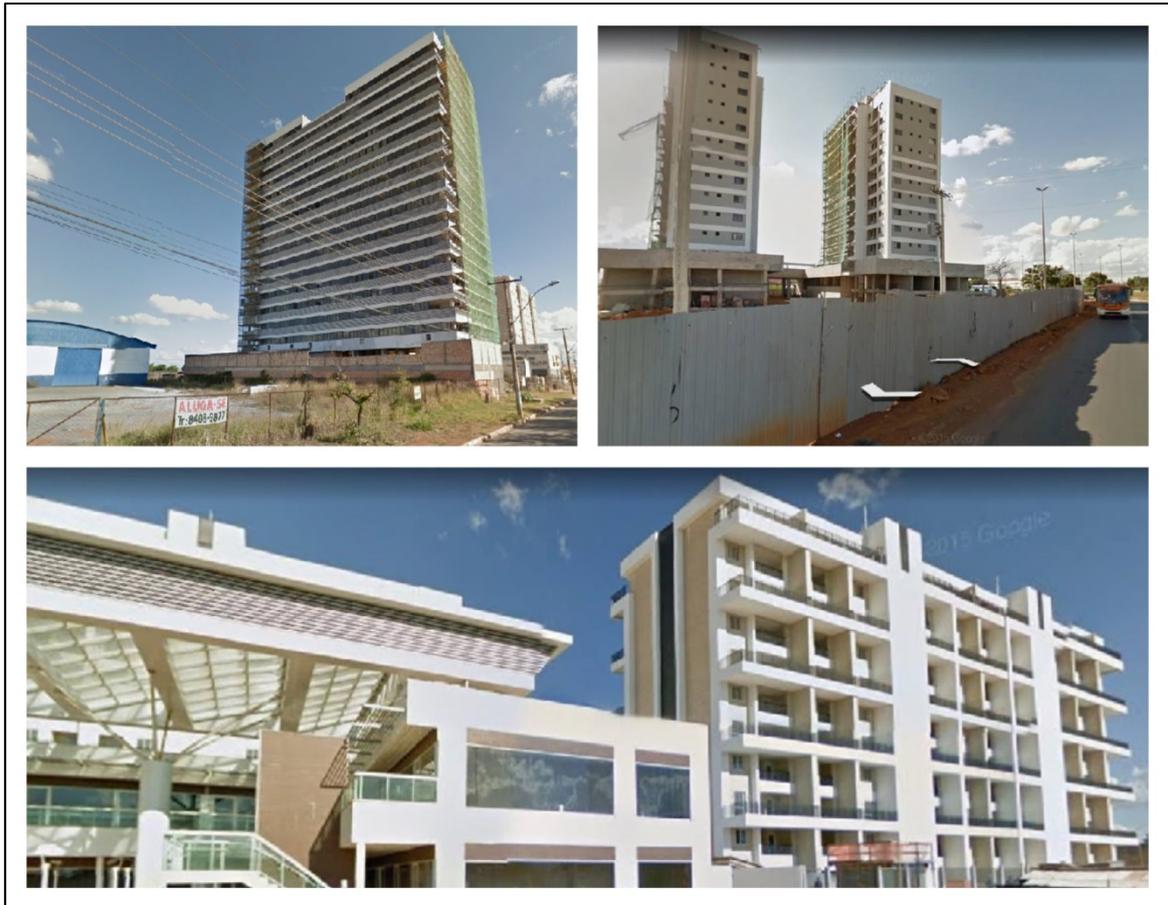


Figura 34: Edifícios Residenciais e Comerciais na CSG.
Fonte: Google Earth. Junho de 2015.

Desde que as áreas da Quadra Industrial - QI, em desuso pela indústria, foram ocupadas por moradores de baixa renda, surgiram pequenas casas e cortiços para aluguel, durante mais de uma década, até que os terrenos foram vendidos para as imobiliárias, entre 2010 e 2012, para a construção dos edifícios (figuras 28 e 29), os moradores foram forçados a sair, mas tiveram antes um prazo para se programarem, portanto, sem uma desocupação forçada e sem haver resistências.

Na CSG, haviam grandes terrenos sem nenhum tipo de uso, outros, eram originalmente ocupados por pequenas fábricas ou galpões, que também estavam sem uso, e foram essas áreas que deram lugar aos novos edifícios da quadra (Figura 30).

Com os edifícios construídos, ou em fase de acabamento, verifica-se que a paisagem da cidade começa a mudar, apesar disso, o preço dos imóveis ainda estão numa faixa acessível às classes médias baixas, e a maioria ainda encontra-se sem o

habite-se¹⁴, mas esses empreendimentos valorizarão os bairros e conseqüentemente o aumento dos preços, pela lógica do mercado da oferta e demanda. Além disso, há muitos projetos em andamento, alguns que já divulgaram suas campanhas publicitárias em panfletos, e na internet.

3.3 Impactos da gentrificação sobre a região e a população

O que se percebe é que a construção dos prédios já atraiu comércio e serviços que antes não existia nas Quadras. Na figura 31, observa-se que os serviços vão se tornando mais qualificados, como as agências bancárias e a presença de faculdades.



Figura 35: Comércio e serviços na QI.
Fonte: Imagens da autora. Novembro de 2015.

A presença desse tipo de comércio indica que a população, os empresários e comerciantes se habilitam para a chegada dos novos moradores, reinvestindo nesses

¹⁴ Informações sobre o Habite-se disponível em: <http://www.sinduscondf.org.br/portal/noticia/399/cerca-de-10-mil-unidades-estao-sem-habite_se-em-taguatinga> Acesso em novembro de 2015.

bairros, o que também transforma a paisagem e renova o espaço urbano e atrai um novo perfil de clientes e consumidores.

A necessidade capitalista de produção unificada do espaço, de fragmentos renovados da cidade-mercadoria, produzidos em série para o espaço abstrato do mercado, encontra no urbanismo espetacular um instrumento de afirmação: por meio da arquitetura emblemática, codifica o gênero de existência social que se procura implantar; por meio da publicidade, organiza tecnicamente o consumo dos espaços-mercadoria (SANCHEZ, 2003, p. 518).

Através da mudança de uso do solo, promove-se uma re-urbanização da região, que gera impactos na cidade como um todo, se estendendo pelas RA's próximas, a começar pelo trânsito.

Vê-se que a revitalização asfáltica que está sendo realizada e a proposta de implantação de um sistema binário nas Avenidas Comercial Norte e SAMDU, são parte de novos planejamentos e políticas de gestão do território.

3.4 Taguatinga: Evoluções e Tendências Socioeconômicas e Espaciais

A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – PDAD é um instrumento de política pública de planejamento urbano do Distrito Federal, que vai nortear as ações a serem feitas pelo governo.

Assim, analisando-se as informações sobre o perfil social da população de Taguatinga através do PDAD-2013, percebe-se que a cidade é muito visada por estudantes de todo o DF, principalmente, das RA's que fazem divisa com a cidade (Ceilândia, Samambaia, Vicente Pires, Brazlândia e Riacho Fundo), pelos cursos extracurriculares oferecidos, pelas opções de escolas públicas e particulares e faculdades diversas. O percentual da população que concluiu o curso superior, incluindo mestrado e doutorado, contudo, é considerado baixo, somando 18,24%, da população local (TABELA 01).

Tabela 1: População, segundo o nível de escolaridade - Taguatinga - Distrito Federal - 2013

Nível de Escolaridade	Nº	%
Analfabeto (15 anos ou mais)	3.157	1,47
Sabe ler e escrever (15 anos ou mais)	4.095	1,91
Alfabetização de adultos	640	0,30
Maternal e creche	1.664	0,78
Jardim I e II/Pré-Escolar	3.839	1,79
EJA - Fundamental incompleto	384	0,18
EJA - Fundamental completo	171	0,08
EJA - Médio incompleto	896	0,42
EJA - Médio completo	85	0,04
Fundamental incompleto	53.965	25,18
Fundamental completo	9.215	4,30
Médio incompleto	16.893	7,88
Médio completo	52.131	24,33
Superior incompleto	21.245	9,91
Superior completo	34.597	16,15
Curso de especialização	3.455	1,61
Mestrado	853	0,40
Doutorado	171	0,08
Crianças de 6 a 14 anos não alfabetizadas	43	0,02
Não sabe	85	0,04
Menor de 6 anos fora da escola	6.698	3,13
Total	214.282	100,00

Fonte: Codeplan – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - Taguatinga - PDAD 2013

Taguatinga tem apresentado queda no número de estabelecimentos comerciais e industriais na cidade, segundo levantamento feito em junho deste ano, pela ACIT, agravadas também pela crise econômica. As quedas atingem do pequeno ao grande empresário.

Dessa forma, pode-se inferir a partir desses dados, com o comércio e indústria apresentando recuo, o setor de serviços tende a se especializar, para assim, diversificar a oferta do setor terciário, com isso, espera-se que o nível de escolaridade, principalmente, de pessoas concluindo o nível superior aumente.

Outro fator que pode ser determinante na mudança da oferta de serviços é a mudança do Centro Administrativo do Distrito Federal, para o novo complexo, construído na cidade, intensificando assim, os serviços públicos e especializado.



Figura 36: Novo Centro Administrativo do Distrito Federal.
Fonte: Imagem da internet, 2015.

Foram e ainda estão sendo realizados estudos de intervenção urbana, para melhorar o trânsito da avenida central, a qual tem ligação direta com a área onde foi construída o novo Centro Administrativo. A expansão do metrô, com a construção das estações Onoyama e Centro Metropolitano, são exemplos dos projetos de mobilidade urbana que irão beneficiar os servidores públicos do novo Centro (FIGURA 36).

Dessa forma, o projeto de renovação do centro de Taguatinga começa com a revitalização da principal avenida da cidade, no intuito de melhorar o trânsito de pedestres e, principalmente, o fluxo de veículos.

O Túnel de tráfego rápido que ligaria Taguatinga a Ceilândia, que faz parte do projeto de mobilidade urbana denominado pelo Governo Federal de Expresso DF Eixo Oeste, por exemplo, é uma proposta controversa para melhoria do tráfego de veículos na região central de Taguatinga, que segundo engenheiros de trânsito e urbanistas, apresentam pontos positivos e falhas. Em todo caso, uma intervenção para melhoria no

trânsito e de mobilidade urbana é necessária e merece atenção de especialistas e dos órgãos públicos competentes.

Qualquer projeto implantado trará, a curto e longo prazo, consequências, que poderão resultar num processo de gentrificação, visto que as transformações e revitalizações tendem a valorizar ainda mais as áreas centrais de Taguatinga.

Considerações Finais

O espaço urbano é uma rede complexa, dotado de significados, alguns destes, perdidos no espaço-tempo. A cidade, agora metrópole, faz parte de um sistema global de natureza social, política, cultural e econômica.

A produção do espaço depende de fatores distintos, mas só são possíveis, através dos agentes que o compõem, assim como sua organização e gestão. Dessa forma, o Estado, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e incluídos e os proprietários dos meios de produção, não se distinguem, são todos atores participantes em maior ou menor grau desse processo contínuo.

Não obstante, os atores dessa produção, também fragmentam esses espaços, às vezes intencionalmente ou não, o que resulta em diferenças socioeconômicas, territoriais e políticas. Outras vezes, ela ocorre à medida que se intensifica o próprio uso do solo, com as atividades desenvolvidas, que tendem a se modificar dependendo do uso feito em ritmos temporais distintos. Exemplo disso é a industrialização, que gerou profundas transformações na sociedade como um todo, que em um momento concentra suas atividades em uma determinada área, em outros descentraliza essas atividades e procura novos centros para continuar sua produção e expandir.

O urbano logo se torna um espaço disputado por esses agentes, e mesmo quando este deixa de ser interessante, sem demora, logo volta a ser objeto de desejo, tornando-se mais uma vez, motivo de disputa pelos vários seguimentos da sociedade.

A gentrificação é um desses vários processos que visam dar um novo uso aos espaços da cidade, contudo, a forma como estes são reutilizados se dá de tal forma que expulsa e excluem as partes interessadas, aquelas que têm uma relação de pertencimento com esses espaços e com seus significados, anterior a essa (re) apropriação, que resulta no aparecimento de um novo perfil social, muitas vezes com poder aquisitivo mais elevado.

Taguatinga nasceu do anseio de pioneiros que encontraram no Distrito Federal uma nova oportunidade, que desejavam continuar escrevendo sua história na capital que ajudaram a construir.

Houve, portanto, uma preocupação logo no início da cidade de desenvolver atividades para gerar renda e melhorar a qualidade de vida dessa população. O planejamento de uma cidade com possibilidades de expansão econômica, através do comércio e indústria, continuou atraindo um grande contingente populacional, que fez com que a cidade crescesse e se destacasse no DF.

A indústria que se formou em Taguatinga, veio num primeiro momento atender as necessidades básicas da população e a demanda da construção civil. Mas por ela ter também induzido a urbanização do eixo Oeste do DF, suas possibilidades de crescimento diminuíram, mas ainda assim, considerada um importante centro econômico.

A indústria localizada, majoritariamente, na Quadra Industrial (QI) em Taguatinga norte, e CSG em Taguatinga sul, viu-se sem possibilidades de expansão, sem uma infraestrutura que permitisse seu desenvolvimento e logística, além da dificuldade com o transporte de produtos e do alto valor dos terrenos. A partir desse momento, a desconcentração ocorre, pois as áreas industriais não conseguem se sustentar na cidade, essas áreas logo se tornam decadentes, e perdem muito o seu valor.

A partir da análise das características observadas nas Quadras Industriais de Taguatinga, constatou-se que mudaram as atividades desenvolvidas, e houve a introdução das residências de classe baixa e, principalmente do comércio.

Todavia, após perder território para outras RA's, por não ter mais possibilidade de expansão de sua área urbana, começa-se a olhar para as áreas decadentes e cuja população é de baixa renda, mas estão estrategicamente bem localizadas, próximas a shoppings, supermercados, escolas, hospitais, entre outros, e assim, tem início a (re) urbanização de Taguatinga, de reestruturação dos seus espaços, que resulta na gentrificação.

Observa-se que na QI, a maioria dos edifícios é de caráter residencial, enquanto que na CSG, apresentam uma tendência mais comercial, de escritórios e demais estabelecimentos do seguimento.

Se a cidade não tinha possibilidades de crescer horizontalmente, passa a ter verticalmente. A desconcentração do comércio também se acentua, visto que outras

RA's também estão em momento de expansão socioeconômica, e os serviços mais qualificados e especializados (consultórios médicos, de advocacia, cursos extracurriculares, entre outros.), são cada vez mais necessários para diversificar a economia da cidade, pois isso gera também, uma necessidade de melhor infraestrutura urbana.

A centralização de serviços públicos torna-se uma tendência, devido principalmente, à implantação da nova sede do Governo do Distrito Federal na cidade. Todas essas modificações no espaço, obviamente serão boas, mas podem resultar na exclusão de certos grupos sociais e na segregação socioeconômica, que é a principal crítica do processo de gentrificação.

Com isso, é importante salientar, que os agentes que produzem o espaço urbano, o Estado e as imobiliárias, por exemplo, são num primeiro momento, os atores principais desse processo, e o fazem visando, obviamente, o acúmulo de capital, através da promoção desses espaços “revitalizados”, que têm como um cenário de fundo, uma demanda, a demanda da sociedade.

Portanto, cada turista, que visita o Pelourinho, em Salvador, cada novo morador que comprou, ou comprará imóveis na rua Augusta, em São Paulo, ou nas Quadras Industriais de Taguatinga, ou mesmo, o médico que montará seu consultório em uma das salas do Centro Médico Prime, no setor hospitalar de Taguatinga, são todos agentes gentrificadores do espaço urbano.

Referências Bibliográficas e Eletrônicas

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades.** In: *Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, Vol. XIV, Porto, 1998. P77-97.* Departamento de Geografia UFRJ. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1609.pdf>> Acesso em setembro de 2015.

ADMINISTRAÇÃO DE TAGUATINGA. Conheça Taguatinga RA III. **Taguatinga, cosmopolita e independente, com ritmo de cidade Grande.** 2014. Disponível em:< <http://www.taguatinga.df.gov.br/sobre-a-ra-taguatinga/conheca-taguatinga-ra-iii.html>> Acesso em agosto de 2015.

ADMINISTRAÇÃO DO NÚCLEO BANDEIRANTE. **Conheça Núcleo Bandeirante RA II.** Disponível em:<<http://www.bandeirante.df.gov.br/sobre-a-ra-viii/conheca-nucleo-bandeirante-ra-viii.html>> Acesso em agosto de 2015.

AGÊNCIA BRASÍLIA. **Galeria de fotos.** Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/agenciabrasilia/sets>> Acesso em setembro de 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Caminhos e descaminhos da geografia.** Campinas, SP. Papyrus, 1989.

ANUÁRIO DO DISTRITO FEDERAL. **Taguatinga é o maior pólo comercial do DF.** Taguatinga – DF, 2015. Disponível em:< <http://www.anuariododf.com.br/regioes-administrativas/ra-iii-taguatinga/>> Acesso em setembro de 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. **Biblioteca Digital - Base de dados de acesso restrito.** Endereço: SGON, quadra 05, lote 23, Bloco B, S/N – Asa Norte, Brasília – DF.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **JK 100 Anos - Binômio: Energia e Transporte.** ALMG, 2002. Disponível em: <<http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/handle/11037/1400/1400.pdf?sequence=1>> Acesso em setembro de 2015.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE TAGUATINGA – ACIT. **Nossa História**. Taguatinga, 2015. Disponível em: <<http://www.acitdf.com.br/conheca-a-acit/>> Acesso em agosto de 2015.

BECKOUCHE, Pierre. **Indústria um só mundo**. Editora ética. São Paulo. 1993.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. Coordenado por Catherine Bidou-Zachariesen com a colaboração de Daniel Hiernaux-Nicolas e Hélène D’arc – São Paulo: Annablume, 2006.

BOMTEMPO, Cláudia. **Lugar onde hoje é o Lago Paranoá foi uma vila na construção de Brasília**. Globo Brasília, 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/lugar-onde-hoje-e-o-lago-paranoa-foi-uma-vila-na-construcao-de-brasil.html>> Acesso em dezembro de 2015.

BORGES, Humberto Crispin. **História de Anápolis**. Editora CERNE. 1975.

CALIXTO, Maria José Martinelli Silva. et. Al. **O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade**. Dourados, MS. Editora da UFGD, 2008. P.240.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e Indústria**. 5º edição. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

CATALÃO, Igor Brasília. **Metropolização e espaço vivido [livro eletrônico]: Práticas especiais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole**. São Paulo. Cultura Acadêmica. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Questão urbana**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

CERQUEIRA, Luiz Egypto de. **Memórias do Distrito federal – na luta pela autonomia política**. 2009. Parceria BR vídeo e Fundação Banco do Brasil.

CHAVES, Dorothéia P. Ferreira. Taguatinga – DF. **Sinopse Comemorativa do 7º Aniversário da cidade**. In: Rosângela Gomes da Nóbrega. *Síntese dos trabalhos de*

geografia dos alunos das 2ª series ginasiais do Colégio de Taguatinga FEDF. Impresso pelos alunos da escola industrial. 1965.

CIDADE, L.C.F; SOUZA, S de O. **Geopolítica, modernismo e imagem de cidade: Potencialidades e limites do Patrimônio Turístico no Distrito Federal**. – Texto apresentado no V Encontro Nacional de Turismo de base local, Brasília – UnB/Gea. Rio Claro, 2002. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/7403/1/ARTIGO_Geopol%C3%ADticaModernismoImagem.pdf> Acesso em dezembro de 2015.

CODEPLAN. **Mapa de hidrografia do Distrito Federal**. Revisão da toponímia dos cursos d'água do Distrito Federal. Brasília. 1996.

CODEPLAN. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, PDAD - 2013**. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/pdad/2013/PDAD_Taguatinga_2013.pdf> Acesso em novembro de 2015.

COELHO, Emanuelle. **Serrarias e a Evolução industrial**. Centro de desenvolvimento tecnológico da madeira e do imobiliário Petronio Machado Zica. 2012. Disponível em: <<http://www.fiemg.org.br/Default.aspx?tabid=3070&mid=7179&newsType=Detail&Param=26031>> Acesso em Agosto de 2015.

COLBY, C.C. **Centrifugal and centripetal forces in urban geography**. In: Mayer, H.& Kohn, C.F. orgs. *Readings in urban geography*. 1930.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. São Paulo = Ática, 2000.

COSTA, Everaldo; STEINKE, Valdir. **Brasília meta síntese do poder no controle e articulação do território nacional**. In: *Anais do XIII Coloquio internacional de geocrítica*, Barcelona, 2014.

DICIONÁRIO PRIBERAN DA LÍNGUA PORTUGUESA [em linha], 2008-2013. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/hinterl%C3%A2ndia>> Acesso em dezembro de 2015.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. *Historiografia e História***. Editora Brasiliense S.A. 10ª Edição. São Paulo, 1986.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **MiniAurélio século XXI: O minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

FERREIRA, Idelvone; MENDES, Estevane. **A Organização do Espaço Agrário em Goiás: povoamento e Colonização (Do século XVIII ao XX)**. In: *XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Ferreira_IM.pdf> Acesso em novembro de 2015.

FONSECA, Pedro Cezar. **CAPÍTULO 11 – O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/pedrofonseca/files/o_processo_de_substituicao_de_importacoes.pdf> Acesso em setembro de 2015.

GOOGLE EARTH MAPS. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps>> Acesso em outubro de 2015.

GRUPO ATTOS. ATTOS - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS. **Centro médico Prime**; Dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.grupoattos.com.br/1868/Empreendimentos/PrimeExcelenciaMedica_254/> Acesso em novembro de 2015.

LEES, Loretta. **Gentrification**. By Taylor&Francis Group, LLC. New York, 2008.

LIMA, Valdivino Borges de. **A espacialidade da indústria em Goiás: “a nova marcha para o oeste” – o exemplo de Catalão [manuscrito]** Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4721/5/Tese%20%20Valdivino%20Borges%20de%20Lima%20-%202015.pdf>> Acesso em novembro de 2015.

LOPES, Luiz Roberto. **Uma História do Brasil – República**, volume 3. Editora Contexto, 1997. 134p.

LOPEZ, Wilson Wander. **Taguatinga tem memória**. 2ª Edição. Comunidade Editora. 1985.

MARANHÃO, Ricardo. **Os trabalhadores e os Partidos**. Ed. Semente. São Paulo, 1981.

MARTINS, Andréia. **Gentrificação: O que é e de que maneira altera os espaços urbanos.** 2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/ambienteurbano/2015/07/15/gentrificacao-o-que-e-e-de-que-maneira-altera-os-espacos-urbanos/?topo=98,2,18,,,84>> Acesso em novembro de 2015.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo. Paulus, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Zoneamento ecológico econômico.** 2007. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/projeto-base-cartogr%C3%A1fica/itemlist/category/96-zoneamento-territorial?start=14>> Acesso em Agosto de 2015.

MOUSINHO, Ronaldo Alves. **Taguatinga: História e Cultura.** Brasília: Ave branca – ATL Editora, 2005.

NOBRE, Eduardo A. C. **Intervenções Urbanas em Salvador: Turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho.** *X Encontro Nacional da Anpur*, 2003. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/docentes/deprojeto/e_nobre/intervencoes_urbanas_Salvador.pdf> Acesso em outubro de 2015.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. **História de Goiás.** 7ª ed. Ed. Vieira. Goiânia, 2008.

PISSARDO, Felipe Melo. **A rua apropriada: estudo sobre as transformações e usos urbanos na Rua Augusta (São Paulo, 1891 – 2012).** São Paulo, 2013. 232p. Tese (mestrado) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16136/tde-12082013-101209/pt-br.php>> Acesso em outubro de 2015.

RATTNER, Henrique; UDRY, Oliver. **Colonização na Fronteira Amazônica: Expansão e Conflitos.** Editora: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1987. 90p.

REVISTA DE DIVULGAÇÃO DO ARQUIVO HISTÓRICO DE CAMPO GRANDE. Campo Grande: **Arquivo Histórico de Campo Grande** - Nº 13. 2007. Disponível em: <<http://www.capital.ms.gov.br/arca/downloads>> Acesso em novembro de 2015.

RODRIGUES, Sérgio. **Gentrificação, o que é isso? – Curiosidades Etimológicas** – VEJA. São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/gentrificacao-o-que-e-isso/>> Acesso em novembro de 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, MILTON. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: HUCITEC, 1994, 190 p.

SCHIFFER, Sueli Ramos. **São Paulo como polo dominante do mercado unificado nacional**. In: DÉAK, C; SCHIFFER, S. (org.). *O processo de urbanização no Brasil*. Edusp, 2010.

SILVA, Hélio Mendes. **Do “espaço provisório” a um lugar de experiência identitária: paisagem cotidiana, práticas e representações do Núcleo Bandeirante/Cidade Livre. (Anos 50 do séc. XX – Tempo Presente)**. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10996/1/2011_HelioMendesdaSilva.pdf> Acesso em novembro de 2015.

SILVA, Suely Braga da. FGV. **O Brasil de JK – 50 ano em 5: o Plano de Metas**. 2015. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas>> Acesso em setembro de 2015.

SMITH, N. **The New Urban Frontier: Gentrification and the Revanchist City**. Routledge. London, 1996.

SMITH, Neil. Williams, Peter. And Contributors. 1986. **Gentrification of the City**. Ed. Routledge Library Edition. New York. 2010.

SOLA, Lourdes. 1968. **“O Golpe de 37 e o Estado Novo”**. In: MOTA, C.G. (org.). *Brasil em Perspectiva*. 11.ed. São Paulo, Difel, 1980, p. 256-282.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 10 ed. Contexto: São Paulo, 2000.

TAVARES, Toninho. **Avenida Comercial Norte**, 2015. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/agenciabrasilia/18348376623/in/album-72157654383951460/>> Acesso em outubro de 2015.

VASCONCELOS, José Adirson de. **Cidades Satélites de Brasília**. Impresso no centro gráfico do Senado Federal. 1988.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel. São Paulo, 1998.

WEINGÄRTNER, A. A. S. **Apresentação**. Revista ARCA. N° 5. 1995. Disponível em < http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3553> Acesso em dezembro de 2015.